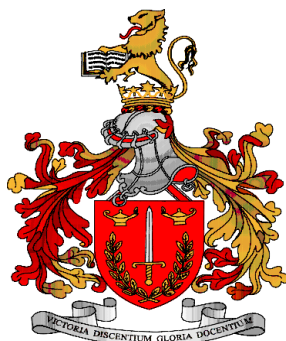


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Hugo Renato da Costa Abreu

Aspirante a Oficial de Polícia

**Trabalho de Projecto do Mestrado Integrado em Ciências
Policiais**

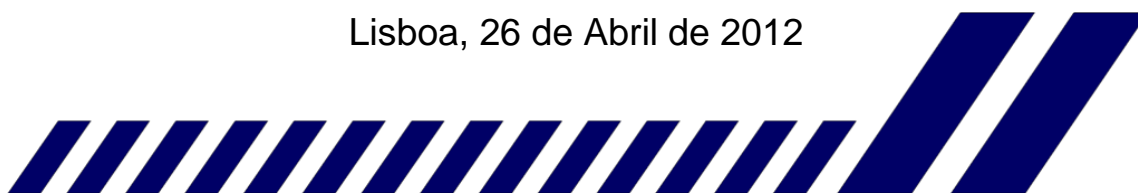
XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Os movimentos sociais no protesto
político:
*Black Bloc***

Orientador

Subintendente Sérgio Felgueiras

Lisboa, 26 de Abril de 2012



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Hugo Renato da Costa Abreu

Aspirante a Oficial de Polícia

**Trabalho de Projecto do Mestrado Integrado em Ciências
Policiais**

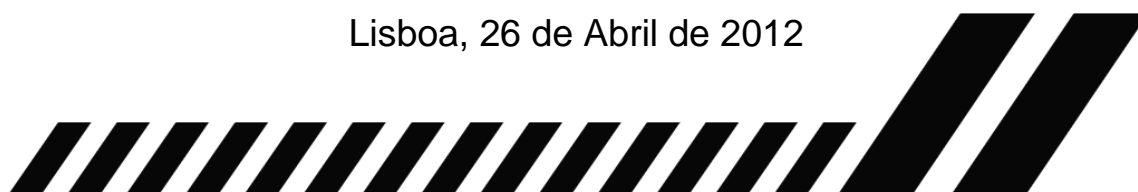
XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Os movimentos sociais no protesto
político:
*Black Bloc***

Orientador

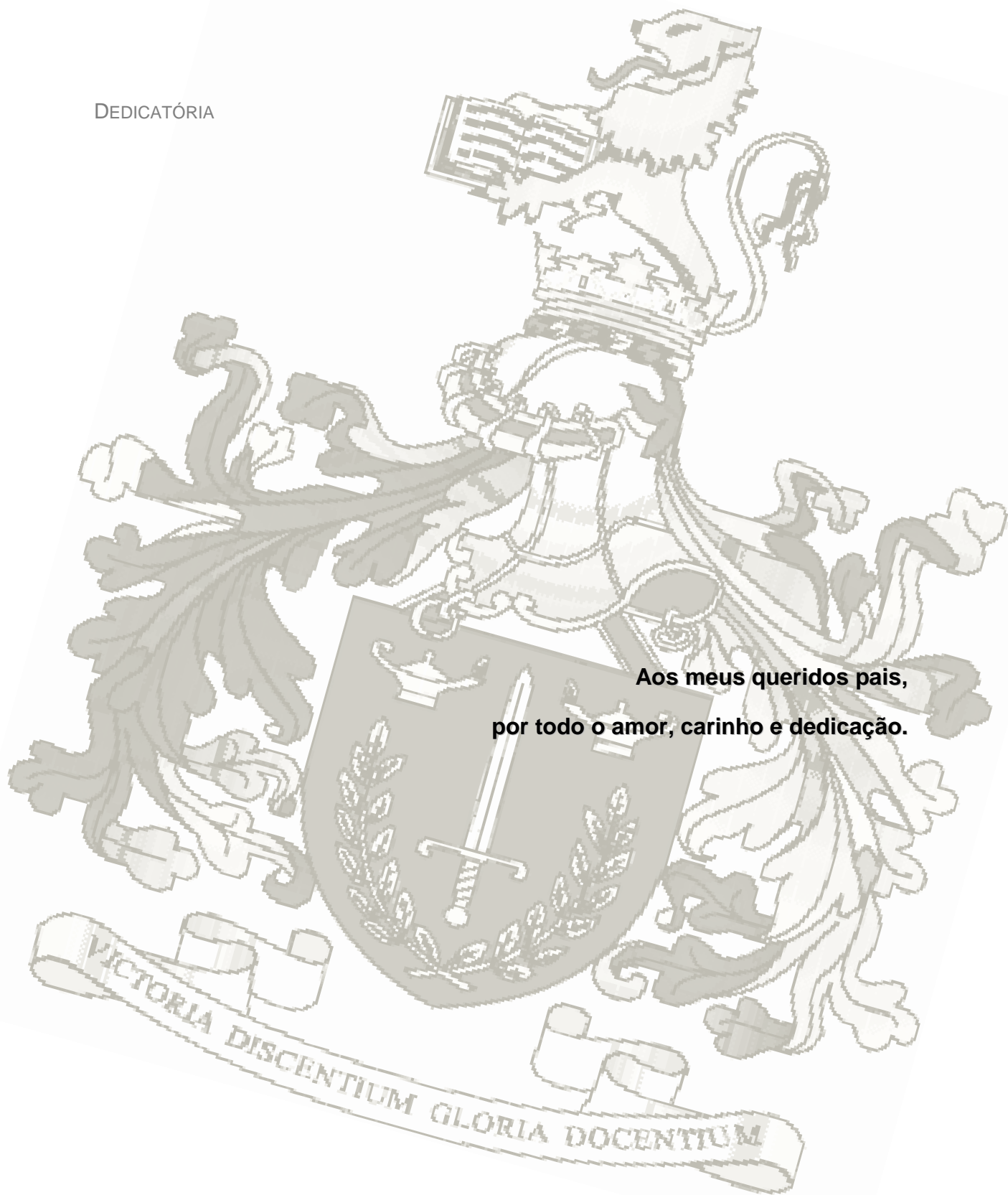
Subintendente Sérgio Felgueiras

Lisboa, 26 de Abril de 2012



DEDICATÓRIA

**Aos meus queridos pais,
por todo o amor, carinho e dedicação.**



EPÍGRAFE

**“Foi o tempo que dedicaste à tua rosa,
que fez a tua rosa tão importante”.**

Antoine de Saint-Exupéry

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à Prof.^a Doutora Lúcia Pais e ao Subintendente Sérgio Felgueiras, por tudo aquilo que me transmitiram e pela disponibilidade que sempre manifestaram durante a orientação conjunta. A enorme sapiência e espírito de sacrifício em nome da causa são de facto, dignos de louvar.

A realização da presente dissertação marca o final de uma das etapas mais importantes da minha vida. Como tal, não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que me acompanharam, caminhando a meu lado, apoiando-me independentemente das circunstâncias e, sobretudo, tornando-me numa pessoa melhor.

Desta forma, agradeço especialmente aos meus pais e avó, pelo apoio, alegria, amizade e sobretudo pelo amor incondicional com que me brindam desde que nasci. Aquilo que hoje sou deve-se, em grande parte, a vocês.

À minha namorada Joana, por tudo o que passamos e passaremos juntos, pela compreensão, amor e enorme felicidade que me transmite em cada acordar. Obrigado meu amor, é bom estar a teu lado.

À minha família, pelo incansável apoio e suporte que sempre me deram, em especial ao meu Padrinho Pedro e à minha Madrinha Paula.

Ao XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia, pelos bons tempos que partilhámos e em especial aos Aspirantes a Oficiais de Polícia Tiago Ferreira, Fábio Mota e Tiago Sales, pelos fortes laços de amizade criados, por tudo aquilo que partilhámos e que concerteza, iremos continuar a partilhar durante a nossa vida futura.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e a todos os seus Funcionários, Agentes, Chefes, Oficiais e Professores que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a minha formação académica. Jamais irei olvidar os cinco anos lectivos que decorreram naquela que foi, durante esse espaço temporal, a minha segunda casa.

E finalmente, a todos os meus amigos e conhecidos.

À semelhança de Sérgio Godinho, também eu acho que a vida é feita de pequenos nada's. Todas as pessoas nos deixam um pouco de si no coração. Uma gota de água num oceano, por certo, ou um grão de areia de uma praia maior, o suficiente, no entanto, para que nunca sejam esquecidas, ocupando um lugar especial dentro do meu peito.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

A abordagem teórico-conceptual respeitante aos movimentos sociais e à sua envolvência tem vindo a merecer especial destaque ultimamente. A conjuntura económica e social Europeia e de alguns países do continente Americano relançou o debate em torno dos protestos e reivindicações comportados pelos movimentos. Caracterizados fundamentalmente por uma orientação operacional direccionada para a obtenção de mudanças ou manutenção da realidade num determinado tipo de contexto, os movimentos sociais encerram uma heterogeneidade de indivíduos com motivações e objectivos variados, que vislumbram na acção colectiva uma oportunidade para tentarem concretizar os seus intentos. A participação colectiva das pessoas por meio destes movimentos traduz-se num rol de repertórios de acção, recursos disponíveis e motivações distintas, que culminam com a construção de um *modus operandi*. À Polícia importa, pois, tornar-se sábia relativamente aos movimentos sociais que frequentemente participam nos protestos políticos, salvaguardando a manutenção da ordem e segurança públicas mediante a planificação e concretização de acções de segurança. É destacada a importância da actividade policial inerente ao controlo da acção colectiva e, utilizando uma abordagem qualitativa, procura-se apresentar, especificamente, uma caracterização do *Black Bloc*.

Palavras-chave: movimentos sociais; polícia; táctica; protesto; *black bloc*.

ABSTRACT

The theoretical and conceptual approach concerning social movements and its surroundings has been given special prominence lately. The economic and social crisis over Europe and some American countries reopened the debate on the protests and demands followed by movements. Characterized primarily by an operational guidance directed to obtain reality changes or maintenance of a particular type of context, social movements contain a mix of individuals with different motivations and objectives, which foresee an opportunity for collective action to try to achieve their intentions. The collective participation of people through these movements, translate into a catalog of repertoires of action, resources and different motivations, culminating with the construction of a *modus operandi*. To police, it matter, therefore, become wise in relation to social movements which often get involved in political protest, whilst maintaining public order and safety through planning and implementation of safety actions. It is highlighted the importance of police activity inherent to the control of collective action and, using a qualitative approach, we seek to present, specifically, a characterization of the Black Bloc.

Keywords: social movements; police; tactic; protest; black bloc.

Introdução	1
 Capítulo I - Enquadramento Teórico	 4
1. Teorias clássicas	4
2. Teorias Contemporâneas.....	14
2.1 Teoria da Mobilização de Recursos	14
2.2 Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas.....	18
2.3 Processo de Enquadramento Cultural (Cultural Framing).....	24
2.4 Definição de Movimento Social	31
2.5 A Actuação Policial	34
2.6 Formulação da Problemática de Investigação	38
 Capítulo II – Método.....	 41
1. Abordagem Qualitativa	41
2. Corpus.....	42
3. Instrumento.....	42
4. Procedimento.....	44
 Capítulo III – Apresentação e Discussão dos Resultados	 46
Conclusões	58
Referências	64
Livros.....	64
Teses, Dissertações ou Trabalhos de Projecto	71
Artigos Científicos	72
Sítios da <i>Internet</i>	73
Outros Documentos	74
Anexos.....	1

Introdução

O *Black Bloc* “é um evento, uma força que se congela e dissipa de acordo com o consenso de todos os envolvidos. É importante manter esta elasticidade revolucionária em mente quando se aborda este assunto. (...) Não é um clube de elite, é um convite a toda e qualquer pessoa que deseje participar na destruição de um sistema mundial injusto e desnecessário” (Deusen & Massot, 2010, p.1)

A nossa investigação insere-se no âmbito da linha de investigação dos movimentos sociais, que teve como ponto de partida a Cimeira da NATO realizada em Lisboa pelo mês de Novembro de 2010. É nossa aspiração e objectivo principal, aprofundar o conhecimento acerca da tática de protesto *Black Bloc*, almejando desta forma o auxílio da Polícia de Segurança Pública (PSP) na prossecução da segurança e manutenção da ordem pública face a este tipo de fenómeno, que envolve o policiamento de grandes eventos, “percebendo o conceito de desordem pública, adaptando a sua estratégia e tática, aumentando assim a sua capacidade de intervenção para atenuar o potencial para a violência colectiva” (Waddington, 2007, p.5).

Tendo como pedra basilar o triângulo teórico-conceptual composto pelas teorias contemporâneas inerentes à análise dos movimentos sociais: a Teoria da Mobilização de Recursos (Tilly, 1978; Chazel, 1995; McCarthy & Zald, 1977; Della Porta, 2003); a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas (Kriesi, 1992; Tarrow, 1998; Meyer & Minkoff, 2004; Della Porta, 2003); e, o Processo de Enquadramento Cultural (Della Porta & Diani, 1999; Melucci, 1996; Goodwin & Jasper, 2009); o presente trabalho encontra-se demarcado em quatro capítulos distintos: Enquadramento teórico; Método; Apresentação e discussão dos resultados; e, por fim, as Conclusões.

Desta maneira, iniciamos a caligrafia do capítulo relativo ao enquadramento teórico do problema de investigação, recorrendo acerca das teorias clássicas, traçando como que um fio condutor histórico e evolutivo que nos permita um melhor entendimento do fenómeno subjacente à acção e comportamento colectivos, assim como, da origem das designadas teorias contemporâneas. Posteriormente, dissecamos então os modelos teóricos contemporâneos em torno dos quais se alicerça o nosso trabalho concomitantemente com a análise do *Black Bloc*.

Por seu turno, satisfazemos a prossecução empírica com a necessidade de perseguir uma definição de movimento social que se afigure plausível. Recorrendo a autores tais como Chazel (1995), McCarthy e Zald (1977), Tilly (1984) e Blumer

(1995), e imbuídos dos seus conceitos, construímos uma manta de retalhos e apresentamos o nosso entendimento de movimento social.

A actividade policial não foi igualmente olvidada, pelo que, no sub-capítulo dedicado à mesma, almejamos explicitar qual a definição e função da polícia enquanto “instituição pública encarregada de manter a ordem e segurança públicas (...) e velar pelo cumprimento da lei” (Clemente, 1998, p.14). Numa fase mais adiantada, relacionamos as forças policiais e a sua interacção com o *Black Bloc*, por forma a deslindar de que maneira os indivíduos participantes no *Bloc* percebem as autoridades e, inversamente, a percepção que as forças da ordem têm em relação aos dissidentes.

Segue-se a formulação da problemática de investigação, em que procuramos enunciar de uma forma clara e concisa as questões centrais do nosso estudo. À luz das concepções de mobilização de recursos, de estrutura das oportunidades políticas e de enquadramento cultural, torna-se possível proclamar alguns quesitos concernentes ao tema que compõe o título do presente trabalho e aos quais intentamos dar resposta nos capítulos últimos.

No que diz respeito ao método, optamos pela adopção de uma metodologia de investigação qualitativa (Denzin & Lincoln, 1994), assente na recolha de dados mediante fontes abertas para a constituição do *corpus* (Bardin, 1977). O instrumento consubstancia a construção de uma grelha de análise de conteúdo temática (Krippendorff, 1980) com diversas categorias (que junto se anexa), onde os dados recolhidos foram introduzidos e devidamente analisados. No procedimento (Ghiglione & Matalon (1992) explicitamos a forma como adquirimos os dados, por nós considerados relevantes para o trabalho.

Acatando os criteriosos pressupostos delineados no capítulo do método, analisamos toda a informação inserida na grelha e a partir daí apresentamos e discutimos os resultados que obtivemos. Deambulando entre questões ideológicas, políticas e operacionais da tática *Black Bloc*, discutimos também a sua interacção com as forças policiais, almejando contribuir de alguma forma para a preparação da nossa polícia face ao fenómeno.

Por último, a secção final do nosso trabalho é dedicada às conclusões. Culminando de uma forma harmoniosa e reunindo toda a sapiência que o decorrer da investigação nos permitiu apreender, enunciamos as réplicas que obtivemos, em relação às questões decorrentes da problemática de investigação, a partir da Teoria da Mobilização de recursos (Tilly, 1978; Chazel, 1995; McCarthy & Zald, 1977; Della Porta, 2003), Estrutura das Oportunidades Políticas (Kriesi, 1992; Tarrow, 1998; Meyer & Minkoff, 2004; Della Porta, 2003) e Processo de Enquadramento Cultural (Della

Porta & Diani, 1999; Melucci, 1996; Goodwin & Jasper, 2009). Da mesma forma, evidenciamos as limitações e constrangimentos do presente estudo e sugerimos humildemente quais as medidas que as forças e serviços de segurança poderão porventura adoptar, tendo em conta a caracterização do *Black Bloc* enquanto tática de protesto (Deusen & Massot, 2010).

Capítulo I - Enquadramento Teórico

Primeiramente e antes de nos confrontarmos com o problema delicado da procura de uma definição, ou busca de um conceito, que explicitamente o significado de movimento social, deveremos debruçar-nos sobre algumas das teorias explicativas e de análise da fenomenologia dos movimentos sociais que nos permita traçar um rumo para um melhor entendimento da temática que intitula a nossa dissertação.

1. Teorias clássicas

À luz do que nos refere Chazel (1995, p.267), existem duas correntes de pensamento que merecem especial atenção. “A primeira aborda sob uma perspectiva histórica o estudo do movimento social (o emprego do singular é típico desta perspectiva).” Sendo oriunda da Alemanha e tendo sido perspectivada através de Lorenz von Stein (1964) foi defendida até ao princípio do século XX. “A segunda, cuja orientação preponderante releva sobretudo da psicologia colectiva” (Chazel, 1992, p.267), levou à emergência, com base na noção de multidão, da explicação científica de múltiplos fenómenos nas sociedades modernas. Esta corrente de pensamento, que encontra em França e Itália a base para a sua expansão, teve como principal divulgador Gustave Le Bon (1896).

Von Stein (1964) baseia-se fundamentalmente no estudo da formação do socialismo e do comunismo em França no pós Revolução de 1789, contudo, este não confina a sua análise apenas às ideologias, doutrinas e sistemas de pensamento inerentes à filosofia defendida pela teoria comunista ou socialista. Contrariamente ao anteriormente referido, Lorenz von Stein (1964) estabelece uma relação entre essas “teorias sociais” e a sociedade que as concebeu, metamorfoseando o socialismo e o comunismo numa forma de manifestação da sociedade “moderna”. Assim, “o socialismo tal como o comunismo, na sua essência, não representam mais do que as reivindicações sistematizadas de uma determinada classe numa sociedade de aquisição” (von Stein, 1964, p.86), sendo certo que a referida classe não é mais do que o proletariado, ou seja, a população que constitui e se relaciona com o designado movimento social, objecto central neste capítulo do nosso estudo. Através desta relação entre o comunismo e o socialismo analisados em França, von Stein (1964) procura revelar a dinâmica de uma sociedade, explicitada através do conceito de movimento social onde a classe trabalhadora almeja a luta contra o grande capital,

pelo que o verdadeiro objectivo do movimento não tem apenas um cariz político mas também, e fundamentalmente, social.

Esta concepção unitária entre o movimento operário e o movimento social foi incontestável na Alemanha durante mais de cinquenta anos e, como já referimos, amplamente defendida em países como a França e a Itália representando uma pedra basilar no que ao estudo dos movimentos sociais diz respeito. O socialismo e o comunismo, enquanto expressões intelectuais do movimento social, representam o proletariado, a classe trabalhadora e todos os esforços para a emancipação de uma sociedade que anseia por uma solução marcadamente reformista e revolucionária.

No entanto, e apesar da inegável contribuição de von Stein (1964), que se baseava nesta concepção de movimento social e que ainda hoje é relevante, a pluralidade dos movimentos sociais existentes nos nossos dias não permite que analisemos a problemática envolvente do tema à luz do movimento operário. De facto, “certas análises dos movimentos sociais contemporâneos são ainda inspiradas, se não dirigidas, pelo modelo do movimento operário” (Chazel, 1995, p.269). Porém, defendemos, à semelhança de Chazel (1995), que não nos devemos cingir a uma concepção actualmente redutora e obsoleta do movimento social.

Nos fins do século XIX, surge em França, pela mão de Gustave Le Bon (1896), uma corrente baseada na psicologia colectiva designada por psicologia das multidões. Tendo como objecto de estudo a Revolução Francesa, Le Bon (1896) analisa o papel das multidões e chega à conclusão que as mesmas representam uma patologia grave do corpo social inerente a uma sociedade debilitada, caracterizada por uma espécie de delírio que conduz à irracionalidade.

Segundo esta corrente de pensamento, as multidões constituem uma ameaça grave à civilização, sendo que o seu poder é “unicamente destrutivo” (Le Bon, 1896, p.10), pois quando o indivíduo se encontra em grupo possui maior apetência para manifestações e reacções que não teria se estivesse sozinho. As multidões a que Le Bon (1896) faz referência não se limitam apenas a agrupamentos momentâneos de indivíduos, mas também a organizações e instituições democráticas importantes e, sobretudo, aos movimentos de massa nos quais os indivíduos adquirem um sentimento de poder e invencibilidade. No fundo, constatamos que aos olhos dos defensores da corrente da psicologia das multidões “a modernidade é perigosa, quer se exprima através do funcionamento das instituições democráticas quer se manifeste na agitação social e, em especial, operária” (Chazel, 1995, p.271).

É a partir desta noção de multidão, que chegamos à teoria do contágio igualmente desenvolvida por Le Bon (1896).

Teoria do contágio

A teoria do contágio propõe três mecanismos de transmissão: o contágio mental (fenómeno do tipo hipnótico); o contágio pela sugestibilidade (que faz com que a multidão permaneça controlada e acrítica); e, o contágio através do anonimato (a pessoa altera o seu comportamento habitual porque sente que quando inserida na multidão não é passível de ser identificada). Segundo Chazel (1995, p.271), na óptica de Le Bon (1896) “o indivíduo em multidão é semelhante ao indivíduo hipnotizado” sendo que se torna incapaz de resistir e, tendo em conta a sugestibilidade, partilha dos mesmos ideais, exaltando-se e tornando o seu comportamento irracional e recíproco para o resto da multidão que é, obviamente, anónima. Ou seja, “as multidões tornam-se ingovernáveis e descontroladas porque reagem segundo pulsões que a ausência de responsabilização individual possibilita” (Bessa, 2002, p.262).

A teoria do contágio, permite explicar uma ampla variedade de comportamentos, sobretudo os de carácter expressivo e agressivo. “Os mentores fascinam as multidões e impõem-lhes, através de afirmações repetidas e pelo próprio jogo do contágio, as crenças que os «subjugaram»” (Chazel, 1995, p.271), promovendo desta forma a união da multidão e a assimilação e partilha de ideais e crenças, que irão constituir uma ideologia unitária recíproca a todos os indivíduos pertencentes a determinada multidão.

A corrente de pensamento de Le Bon (1896), que referimos anteriormente, representa a base para uma perspectiva da psicologia social do comportamento colectivo que é definida pelo próprio como uma espécie de expressão patológica do inconsciente colectivo e que constituirá um ponto de viragem no estudo teórico dos movimentos sociais que abordaremos seguidamente.

Chazel (1995) define duas fases para o desenvolvimento do estudo teórico dos movimentos sociais, “a idade do comportamento colectivo” e a “idade da mobilização de recursos”. Enquanto Bessa (2002) prefere designar as diferentes fases de teorias clássicas e teorias contemporâneas. Nas seguintes páginas, passaremos a identificar e caracterizar as diferentes abordagens ou teorias que se acercam sobre os movimentos sociais, bem como a apontar os seus principais méritos e limitações.

A abordagem do comportamento colectivo como um fenómeno patológico

Como constatámos anteriormente, a abordagem do comportamento colectivo como um fenómeno patológico representada por Le Bon (1896) constitui uma das teorias clássicas explicativas dos movimentos sociais. Contudo, e ao invés do que Le Bon (1896) defende, Park (1969) prefere conferir ao comportamento colectivo um papel imprescindível na mudança social, atribuindo-lhe uma função criadora. Desta forma, contrariamente ao carácter destruidor das multidões que Le Bon (1896) fazia questão de advogar, a teoria idealizada por Park (1969), com base na perspectiva interaccionista do comportamento colectivo, consistia fundamentalmente na distinção entre os conceitos de multidão e público sobre “a forma e os efeitos das interacções” (Park, 1969, p.869) sendo que as multidões seriam classificadas pelo mesmo como manifestações singulares do comportamento colectivo. Esta perspectiva trouxe ao estudo da teoria do comportamento colectivo uma nova visão, percepcionando a realidade social e procurando entender os movimentos sociais não como prejudiciais à sociedade mas sim, como “criadores de oportunidades de interacção, que reconfiguram o significado da vida social e o modo da acção dos actores sociais” (Bessa, 2002, p.262).

Herbert Blumer (1946) procurou dar uma maior consistência à tese seguida por Park, e não se detendo na classificação dos movimentos sociais em “movimentos gerais, movimentos específicos e movimentos expressivos” (Chazel, 1995, p.274), propõe a análise dos movimentos à luz de processos sociais que os ligam às grandes tendências culturais. Blumer (1946) formula, a partir da teoria do contágio de Le Bon (1896), um modelo designado por reacção circular, em virtude do qual “os indivíduos reflectem reciprocamente as suas maneiras de sentir e, ao fazê-lo, intensificam-nas” (Blumer, 1946, p. 170). Para Blumer (1946), um movimento social seria dotado de uma “carreira” com estádios definidos, tais como a agitação social (estádio 1), a exaltação popular (estádio 2), a formalização (estádio 3) e terminando com o seu principal objectivo, a institucionalização (estádio 4).

É também na teoria do comportamento colectivo que reside outra tradição teórica denominada de “aprendizagem social” propondo outra interpretação dos designados “fenómenos de multidão”. Mediante esta corrente teórica, procura-se “analisar as atitudes agressivas observáveis nas multidões, como reacções a uma frustração existente” (Chazel, 1995, p.275), desenvolvendo-se não em torno do *contágio*, representado por Le Bon (1896), mas em torno da convergência, ou seja, do leque de experiências vividas por determinados indivíduos pertencentes a certas categorias sociais e que almeja a preparação prévia para acções colectivas de cariz

agressivo. É a partir deste momento que a ideia vigorante até então da completa separação do comportamento normal do indivíduo e o comportamento que o mesmo adopta quando inserido na multidão é desfeita.

Teoria da Privação Relativa

A teoria da privação relativa constitui uma das teorias decorrentes da teoria da convergência já explicitada anteriormente e que se centra na composição da multidão sobre a base de que os indivíduos que a constituem partilham as mesmas crenças e tendências. Desta forma, o indivíduo, mais do que parte constituinte da multidão, como sustenta a teoria do contágio, o que faz é manifestar a sua própria ideologia e predisposição.

De acordo com a teoria da privação relativa, “a formação de movimentos sociais deve-se ao facto de certos sectores da sociedade se sentirem privados de determinados privilégios, direitos e vantagens, comparativamente com outros grupos ou sectores sociais que os usufruem” (Bessa, 2002, p.269). Para Gurr (1970, p.24), a privação relativa “traduz-se na percepção pelos autores de um desfazamento entre as suas expectativas de valor (*value expectations*) e as suas capacidades de as obterem (*value capabilities*)”. Por outro lado, Coser (1970, p.54) afirma que “a noção de privação relativa, que se desenvolveu para dar conta de certos aspectos do comportamento de grupos e indivíduos implicados de maneira diferencial nas estruturas sociais relativamente estáveis, serve igualmente para tratar problemas de mudança social abrupta e continuada”. Desta forma, podemos concluir que a dimensão subjectiva da privação, é caracterizada por um estado que “depende da percepção que os sujeitos têm da sua situação em função do que merecem ter, das expectativas que criam e do que os outros desfrutam” (Bessa, 2002, p.270), quer se trate de direitos, oportunidades, possibilidades de afirmação pessoal, cultural e política, reconhecimento de *status* ou até mesmo de bens materiais.

Este estado de privação, sentido por determinado grupo em detrimento do grupo de referência que possui mais regalias, poderá conduzir-nos à questão da “frustração-agressão” apresentada por Miller e Dollard (1941) e que procura explicar inúmeras formas de violência individual e colectiva. A “frustração-agressão” de que falamos consiste na exteriorização do sentimento de privação dos indivíduos que se sentem injustiçados ou discriminados perante outros por intermédio de uma reacção. A reacção e a intensidade da agressão poderá ser maior ou menor dependendo do grau de frustração do indivíduo.

Somos da opinião que existe uma ligação fulcral entre frustração e a violência colectiva dado que o “potencial de violência colectiva varia fortemente com a

intensidade e a amplitude da frustração relativa entre os membros de uma colectividade” (Gurr, 1970, p.24), no entanto, defendemos que estes factores não chegam para a análise de um movimento social e da acção colectiva, pelo que “as tradições culturais de recurso à violência na sociedade estudada, a legitimidade do regime político, o grau de controle dos aparelhos coercivos a que este pode aspirar” (Chazel, 1995, p.276) são também fundamentais no estudo teórico-conceitual dos movimentos sociais.

Apesar de não constituir a melhor via de abordagem aos movimentos sociais, é irrefutável que a análise política é, também ela, relevante, dado que o encontro de um determinado movimento social com o Estado ou com alguma instituição representativa do mesmo (como por exemplo as forças policiais) ao longo do seu percurso protestatório, é um facto que deveremos ter em consideração para o estudo da temática tratada nesta dissertação.

O contributo da teoria da privação relativa para a questão dos movimentos sociais, é no entanto deveras criticado pela forma como aborda o assunto, conseguindo explicar as causas ou razões do aparecimento de um movimento social, mas não tendo sequer em conta a sua estrutura e modo de vida interno.

Como refere Chazel (1995, p.276), os esquemas interpretativos que se baseiam na teoria da privação relativa “não trazem nenhum esclarecimento sobre a transição do descontentamento induzido pela frustração à mobilização e à acção colectiva”; por outro lado, “limitam-se a conceber meros agregados de indivíduos supostamente animados das mesmas disposições, como se a simples adição de descontentamentos individuais fosse suficiente para provocar um protesto colectivo e como se um movimento social implicasse, da parte dos participantes, uma homogeneidade de atitudes e de motivações” (Chazel, 1995, p.277).

Para além disso, e segundo Bessa (2002, p.270), “como a privação poderá ser em várias situações, uma razão necessária mas não uma razão suficiente para o surgimento dos movimentos sociais” dá azo a que exista uma lacuna no que concerne à iminência da constituição de um movimento social apenas à luz teoria da privação relativa. Aliás, muitas das vezes, o sentimento de privação não deriva de um processo cognitivo individual, mas sim das acções de propaganda de um grupo ou movimento, criado com o propósito de difundir ideias e causas que levem a que as pessoas se sintam injustiçadas, discriminadas e fragilizadas perante algo, ou seja, os indivíduos só se apercebem da injustiça da sua situação e condição quando inseridos no próprio movimento. Contudo, parece-nos, à semelhança de Kriesberg (1973) que a teoria da privação relativa (inserida no rol das teorias da convergência) é tão falaciosa quanto as teorias do contágio.

É no seguimento desta falácia que surge a então denominada teoria da norma emergente, pelas mãos de Turner e Killian no livro *Collective behavior* (1957), de que trataremos nas páginas que se seguem.

Teoria da Norma Emergente

Esta teoria, propõe a análise dos movimentos sociais de um ponto de vista sociológico, ao invés do que havia sido feito até então, em que todas as teses eram revestidas de um “atomismo psicologizante” (Chazel, 1995, p.277). Consoante Killian (1964, p.392), a teoria da norma emergente “insiste na continuidade entre os comportamentos normais do grupo e os comportamentos de multidão”, sendo que, tanto os comportamentos normais do grupo como os comportamentos adoptados em multidão são regidos por normas. Essas mesmas normas, em virtude de não se coadunarem com as normas vigentes na comunidade ou sociedade onde se encontram inseridos, constituem para os indivíduos pontos de referência comportamentais que representam uma fonte de identificação partilhada por todos, funcionando assim como um núcleo de coordenação no interior do movimento social.

Rompendo com as teorias do contágio e da convergência (com um cunho marcadamente herdado da psicologia) e adoptando uma posição decididamente sociológica no estudo do comportamento colectivo, Turner e Killian (1957) fazem questão de realçar os diferentes tipos de participação e de orientações que os movimentos sociais podem adoptar, distinguindo três formas estratégicas de orientação para a acção do movimento: “*orientação para o poder*, uma orientação para adquirir e exercer influência; *orientação para os valores*, tendo em conta os objectivos e a ideologia do movimento que ao ser violada conduz à participação colectiva; e, a *orientação para a participação*, a partir da qual as actividades da acção colectiva são por si só satisfatórias” (van Stekelenburg, Klandermans & Dijk, 2009, p.819, itálico dos autores). Os movimentos orientados para o poder optam pela adopção de estratégias de controlo, os movimentos orientados para os valores adoptam estratégias de transformação pessoal ao nível da identidade e os movimentos orientados para a participação adoptam estratégias de mobilização que conduzam à manifestação e à acção colectiva.

Porém, e segundo refere Chazel (1995, p.278), estas orientações não são de todo suficientes “para provocar a escolha unívoca de uma estratégia, que é susceptível de mudar profundamente, nomeadamente sob o efeito das reacções públicas que o movimento suscita”.

Teoria das Tensões Estruturais

Tendo como principal representante Neil Smelser (1962), segue o rumo traçado por Turner e Killian (1957) enveredando pela leitura sociológica do comportamento colectivo e refutando a matriz psicossocial. A teoria das tensões estruturais procura explicar o comportamento colectivo e o fenómeno dos movimentos sociais, sendo que “acentua a relação entre o contexto estrutural das sociedades e a origem dos movimentos sociais” (Bessa, 2002, p.262), ou seja, vem revelar “o *contraste* acentuado entre o comportamento institucionalizado e o comportamento colectivo” (Chazel, 1995, p.279).

Segundo Smelser (1962, p.8), o comportamento colectivo é definido como a “mobilização com base numa crença que redefine a acção social”, desta forma, define seis determinantes para a existência de um comportamento colectivo e para que se assista à reacção da sociedade face ao mesmo: condições estruturais favoráveis (antes que um movimento se forme, têm de estar criadas na sociedade um conjunto de situações problemáticas); tensões estruturais (tensões e conflitos que surgem no seio da sociedade quando não consegue resolver as situações com que se depara e as instituições e autoridades estatais não dão a conveniente resposta às dificuldades); emergência e difusão de uma crença generalizada (surgem como resposta às tensões estruturais, são propostas e soluções para as dificuldades existentes, muitas vezes criadas pelos próprios movimentos para angariar participantes, quanto mais o movimento for capaz de potenciar a revolta ou a indignação dos participantes, maior será a participação); factores precipitantes (determinado acontecimento poderá despoletar a tensão e indignação sentidas pelos indivíduos e dessa forma contribuir para a acção colectiva em acções de protesto); mobilização dos intervenientes para a acção (um movimento que tencione ter eficácia e demarcar a sua posição, terá, inevitavelmente, de mobilizar recursos e angariar membros, participantes e o apoio de outras instituições que forneçam cobertura financeira e colaborem na prossecução dos objectivos impostos pelo movimento); e, o controlo social “consiste nos esforços empreendidos, por parte das instâncias competentes, para prevenir, ou pelo menos contrariar, os comportamentos colectivos” (Chazel, 1995, p.280), isto é, a forma como as organizações estatais, tais como as forças de segurança, lidam com o movimento social, pode dirimir ou fomentar a acção levada a cabo pelo mesmo, podendo torná-la mais impetuosa, mais pacífica ou até mesmo extingui-la mediante a adopção de estratégias mais repressivas ou, por outro lado, mais tolerantes (Smelser, 1962).

Segundo esta “lógica do valor acrescentado” (Smelser, 1962, p.18), os movimentos sociais são analisados apenas sob a perspectiva global do comportamento colectivo, através de uma série mecanizada de determinantes que se

vão complementando entre eles. De facto, julgamos que Smelser (1962) deu um importante contributo ao estudo do comportamento colectivo ao “identificar um conjunto de condições que ajudam a compreender a génese e constituição dos movimentos sociais” (Bessa, 2002, p.280). Contudo, numa sociedade tão plural e global quanto a que vivemos nos dias que correm, com graus de estruturação e estabilidade tão diversos e com dinâmicas tão distintas decorrentes de inúmeros movimentos sociais existentes, afigura-se indubitavelmente ultrapassada uma teoria que se caracteriza pela inflexibilidade da sua análise, que não se foca nos movimentos sociais propriamente ditos mas, sim, no comportamento colectivo e que relega a mobilização de recursos para segundo plano.

Teoria da Sociedade de Massas

A teoria supracitada tem como principal representante William Kornhauser (1959) e será a última teoria clássica de que nos acercaremos nesta secção do nosso trabalho. Segundo Chazel (1995, p.281), a teoria da sociedade de massas “inscreve-se numa outra tradição de pensamento, cujas ligações com a corrente do comportamento colectivo são relativamente ténues”, razão pela qual surge nesta fase de transição entre as teorias clássicas e as teorias contemporâneas da nossa dissertação.

De acordo com Bessa (2002, p.271) e tendo em conta a altura em que surgiu, “esta teoria visou sobretudo explicar a formação dos movimentos totalitários na Europa (...) e compreender por que é que os indivíduos aderiram a propostas tão radicais”. Kornhauser (1959) recorre ao isolamento social para explicar o surgimento dos movimentos sociais, defendendo que estes só conseguiriam mobilizar recursos se incutissem nos indivíduos um sentimento de pertença e de identificação ao grupo ou comunidade. Para tal, recorriam às pessoas e parcelas da sociedade mais marginalizadas, mais fragilizadas e mais isoladas socialmente. O que leva a que os membros inerentes à sociedade de massa participem em movimentos sociais extremistas é “a ausência de relações sociais na sociedade global” (Kornhauser, 1959, p.92) sendo que, determinados indivíduos, não estando protegidos por qualquer vínculo social, eram facilmente manipuláveis, o que consequentemente facilitaria o seu recrutamento para o seio do movimento extremista, pelo que “os indivíduos socialmente mais integrados ofereceriam uma maior resistência à adesão e participação em movimentos dessa natureza” (Bessa, 2002, p.271).

Por outro lado, Chazel (1995, p.281) afirma que “a sociedade de massa contém em si mesma uma dupla fonte de fragilidade e, portanto, de instabilidade”, destacando

a facilidade com que a mobilização é conseguida por novas elites (devido à fragilidade dos recursos, vulgo, cidadãos) e a vulnerabilidade das próprias elites existentes.

A solidão ou isolamento social a que Kornhauser (1959) faz referência não é, no entanto, individual. Contrariamente ao que se possa depreender numa fase inicial, o isolamento retratado é decorrente da vivência do quotidiano na própria sociedade de massa, cuja urbanização, industrialização e toda a evolução que esta acarreta, enfraquece os vínculos sociais ditos tradicionais (tal como a família), deixando os indivíduos numa situação de marginalidade social e à mercê da propaganda dos movimentos extremistas.

Apesar de se aproximar mais da teoria da mobilização de recursos (que iremos abordar mais adiante) do que das teorias inseridas no rol do comportamento colectivo, a tese da teoria da sociedade de massas apresenta-se-nos hoje em dia como caduca.

Em primeiro lugar porque continua a olhar para os movimentos sociais e massas através da perspectiva da irracionalidade; em segundo lugar porque a teoria da sociedade de massas “também não explica com rigor como é que indivíduos desamparados e isolados socialmente se mobilizam para formar ou integrar movimentos sociais” (Bessa, 2002, p.271) insistindo apenas na sua vulnerabilidade e fragilidade; e, em terceiro lugar não reserva um lugar para a política. A posição adoptada por Kornhauser (1959) torna-se desta forma pouco consistente, já que “faz depender os comportamentos extremistas unicamente da fragilidade dos laços sociais” (Chazel, 1995, p.283) atribuindo à política, e aos conflitos que dela derivam, um papel insignificante no que concerne à adesão dos indivíduos a um movimento de massa.

Em jeito de conclusão desta fase da nossa dissertação, apraz-nos referir que as teorias clássicas acima discutidas, conquanto se apresentem como um contributo basilar para a evolução do estudo dos movimentos sociais e para um melhor entendimento da temática que envolve a presente dissertação, se encontram complementadas ou, até mesmo, ultrapassadas pelas designadas teorias contemporâneas. A perspectiva relativa ao comportamento colectivo está envolta de lacunas e fragilidades às quais as teorias contemporâneas irão, como veremos, procurar dar resposta. De entre essas lacunas e fragilidades ressaltam, o privilégio indevido do nível macrossociológico (estudo demasiado abrangente da sociedade, da estrutura social e das próprias relações intergrupais), a sua visão reducionista da envolvimento dos movimentos sociais (eram considerados como meras manifestações de crise), a relativização do desenvolvimento e da evolução do movimento social (focando apenas o seu surgimento) e, sobretudo, a suposta irracionalidade das multidões e das massas, característica de todo o percurso teórico inerente ao comportamento colectivo.

Para preencher as referidas lacunas e visando especialmente o estudo da fenomenologia dos novos movimentos sociais, emergem então as teorias contemporâneas, de entre as quais iremos evocar a Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas e o Processo de Enquadramento Cultural (ou *Cultural Framing*) por uma questão de interesse teórico-conceptual.

2. Teorias Contemporâneas

2.1 Teoria da Mobilização de Recursos

A Teoria da Mobilização de Recursos é caracterizada por analisar a participação dos indivíduos num determinado movimento social, à luz da relação do custo-benefício, assim como da natureza e existência dos recursos disponíveis para serem mobilizados, das formas de reduzir os custos permitidas aos participantes, e, sobretudo, dos incentivos selectivos, procurando “romper com as concepções dos movimentos sociais baseadas na injustiça e em vez disso focar-se nos processos de mobilização e nas manifestações formais de organização desses processos” (McAdam, McCarthy, & Zald, 1996, p.3)

Os “incentivos selectivos” (Olson, 1965, p.51), cuja noção foi inicialmente introduzida por Mancur Olson (1965), traduzem-se em factores vantajosos fornecidos pelo movimento social que poderão compensar o actor, estimulando e potenciando a sua participação na acção colectiva, tendo como principal objectivo o alcance e a obtenção de “bens colectivos” (Olson, 1965, p.14), ou seja, de bens ou serviços que sejam comuns e favoráveis a certo grupo de pessoas, sendo que um bem colectivo “poderá beneficiar o mundo inteiro, outro apenas duas pessoas específicas” (Olson, 1965, p.14). Como refere Olson (1965, p.51), “o incentivo deve ser «selectivo» para que aqueles que não se juntam à organização trabalhando para o interesse do grupo (...) possam ser tratados de forma diferente da dos que o fazem”. Este incentivo selectivo pode, no entanto, não ser económico ou sequer material, existem incentivos sociais tais como o prestígio, o reconhecimento social, o *status*, a autoridade, a visibilidade mediática, a influência, a amizade, entre outros, que poderão desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento motivacional do indivíduo para a participação no movimento.

Tendo como principais percursos McCarthy e Zald (1977), Oberschall (1978) e Tilly (1978), esta corrente teórica representa “uma ruptura com as teorias anteriormente dominantes, durante «a idade do comportamento colectivo»” (Chazel, 1995, p.285), fazendo ressaltar o “facto de a nova geração de investigadores

raciocinar directamente em termos de movimentos sociais e já não a partir do quadro englobante do comportamento colectivo” (Chazel, 1995, p.285). Desta forma, a Teoria da Mobilização de Recursos relega o papel das multidões e rejeita a sua corrente teórica, patente até então no decorrer do estudo fenomenológico dos movimentos sociais, enaltecendo o papel inigualável dos recursos na formação e organização dos movimentos sociais com especial enfoque na sua capacidade de mobilização. Esta capacidade de mobilização traduz-se na redução dos custos de participação por parte dos aderentes, mediante o desenvolvimento de redes de contacto e recrutamento que aliciam a entrada de novos elementos para o movimento, pressupondo uma maior facilidade em almejar as metas propostas em grupo do que sozinhos.

Segundo esta abordagem, os movimentos sociais estão perfeitamente inseridos na vida social contemporânea e actuam de forma racional, propositada e organizada, levando a cabo acções de protesto através de um cálculo de custos e lucros, dado que “a existência de interesses é equacionada com a capacidade do grupo para a acção com o objectivo de os satisfazer ou promover” (Melucci, 1996, p.62). Assim, quanto maior a capacidade do grupo para a satisfação dos interesses supracitados, maior a sua capacidade de mobilização de recursos necessários ao seu desenvolvimento, tais como: meios humanos, financeiros, uma organização consistente e articulada, bem como parcerias e apoios interiores e exteriores ao próprio grupo. Por conseguinte, como já referimos anteriormente e corroborando Melucci (1996, p.64), as “redes de recrutamento também desempenham um papel importante no processo de envolvimento na acção colectiva”, pelo que a mobilização de um indivíduo isolado e desenraizado se torna extremamente improvável, senão mesmo insuportável.

Neste sentido, no que concerne à mobilização de recursos no seio dos movimentos sociais, torna-se fundamental a existência de relações negociais e de interdependência entre os diversos grupos, organizações e colectividades com vista à definição de estratégias de actuação adequadas, assim como a captação de um melhor e maior número de recursos.

Segundo Della Porta (2003, p.134), “a mobilização explica-se não só pela gratificação moral intrínseca na perseguição de um bem colectivo, mas também pela existência de laços de solidariedade de tipo quer horizontal, ou seja, internos à colectividade, quer vertical, entre colectividades distintas”. A partir desta afirmação, apraz-nos referir que o sentimento de pertença e identidade cultural, cuja emergência decorre das relações interpessoais e intergrupais dos indivíduos, coadjuva em grande parte o processo de mobilização, já que as relações afectivas permitem a difusão dos

ideais e crenças patentes no grupo, funcionando como um estímulo para a participação colectiva.

No rol das relações afectivas poderemos encontrar os laços familiares e de amizade, sendo que será “sobre estas estruturas mais básicas da vida quotidiana que a maior parte da dissidência local é construída” (McCarthy, 1996, p.142). Por outro lado, e não obstante a importância das relações afectivas, deparamo-nos com as redes informais e organizações formais. As redes informais consistem em ligações através das quais o indivíduo é aliciado e incitado à adesão a um movimento social, mediante a troca de informações com activistas, grupos, subculturas dissidentes, entre outros, que desencadeiem o seu processo cognitivo em relação à ideologia defendida no seio do grupo e o conduzam dessa forma à acção colectiva, sendo que, como refere Hanspeter Kriesi (1992, p.25), “na generalidade, podemos esperar que quanto maior a «colectividade» de indivíduos que partilham os mesmos objectivos políticos, maior será o seu potencial individual para a acção colectiva, assim como o seu potencial de mobilização enquanto grupo”. Estas redes sugerem então “uma larga variedade de relações sociais no interior da vida das pessoas, onde os laços informais e menos formais entre as mesmas, podem constituir estruturas que facilitem a solidariedade e a comunicação quando optarem por participar na dissidência juntas” (McCarthy, 1996, p.143).

A pertença dos indivíduos a organizações formais favorece fortemente a adesão a movimentos sociais, pelo que na fase de recrutamento, “quanto maior é o número das pertenças organizativas, sobretudo de tipo mais explicitamente político, maiores serão as probabilidades de um indivíduo participar, tendo quer maiores contactos com pessoas empenhadas numa causa específica quer um conjunto de experiências úteis para uma nova mobilização” (Della Porta, 2003, p.135). Desta forma, chegamos à mesma conclusão de Chazel (1995, p.291), defendendo que “o processo de mobilização consistirá mais no recrutamento de blocos de indivíduos já organizados, ainda que com outros objectivos, do que na reunião de um grande número de indivíduos até então isolados”, facilitando assim o processo de mobilização, dado que os indivíduos em bloco estarão mais propensos à participação colectiva do que os indivíduos isolados que, pela sua condição, não possuem qualquer tipo de identidade que os identifique com a causa ou ideologia do movimento social. Os indivíduos isolados teriam primeiramente de palmilhar o processo de afirmação de identidade, já que “o poder de identificação colectiva de mobilizar pessoas para a acção colectiva, tal como o apoio ao movimento social deriva, pelo menos em parte, de processos de afirmação de identidade” (Simon, 2008, p.935), o que tornaria necessariamente mais moroso o processo de mobilização de recursos.

McCarthy e Zald (1977) deram, como já referimos anteriormente, um importante contributo para a teoria da mobilização de recursos, realçando a importância da estrutura organizativa dos movimentos sociais na gestão dos recursos e na criação de condições para que os mesmos subsistam e se desenvolvam, continuando a demanda pelos seus objectivos. Segundo estes autores, a mobilização de recursos consoma-se através da análise da variedade de recursos que devem ser mobilizados, das ligações dos movimentos sociais com outros grupos e da dependência dos movimentos perante apoios externos (McCarthy & Zald, 1977).

Seguindo o pressuposto dos incentivos selectivos assente na racionalidade e na relação custo-benefício preconizados por Olson (1965), McCarthy e Zald (1977) defendem que o movimento social necessita de um conjunto de entidades organizativas de diferente amplitude e complexidade que suportem e permitam a actividade de um movimento social, definindo três tipos de estruturas organizativas: a Organização de um Movimento Social, que se traduz numa “organização complexa, ou formal, cujos objectivos se identificam com as preferências de um movimento social (...) e que tenta alcançar esses objectivos” (McCarthy & Zald, 1977, p.153); a Indústria do Movimento Social, que consiste no conjunto de Organizações de um Movimento Social que têm em comum a prossecução das preferências e objectivos delineados pelo movimento social; e, por fim, o Sector dos Movimentos Sociais, que diz respeito ao conjunto de Indústrias dos Movimentos Sociais existentes “numa sociedade independentemente do movimento social a que estão ligadas” (McCarthy & Zald, 1977, p.154).

Estes suportes organizativos do movimento social constituem a pedra basilar para a mobilização de recursos, já que os mesmos dão ênfase aos objectivos delineados pelo movimento, fomentando crenças, ideais, opiniões e ideologias, conduzindo à integração de novos membros no seio do movimento e à participação nas actividades levadas a cabo pelo mesmo na demanda dos seus anseios.

Assim sendo, chegamos à conclusão que os recursos possuem um papel fulcral e uma importância extrema para a subsistência e desenvolvimento dos movimentos sociais e que são as estruturas organizativas que referimos anteriormente que os apoiam e suportam. Della Porta (2003, p.133) denominou-as de “empresários do conflito”, visto que a sua função é a de “mobilizar o descontentamento, reduzir os custos da acção, utilizar e criar redes de solidariedade, distribuir incentivos aos membros, adquirir consensos no exterior”, tal qual um empresário político que zela pela organização, estabelecendo alianças com outras organizações e grupos com o intuito de fomentar o crescimento do movimento social e a angariação de recursos. Esta vertente “empresarial” da gestão e mobilização dos recursos conduziu a uma

profissionalização progressiva das organizações dos movimentos sociais, que passaram a apostar numa liderança organizativa estruturada e profissional, capaz de satisfazer os interesses dos membros e os objectivos dos movimentos através de estratégias avançadas de marketing e propaganda e de uma gestão cuidada e sofisticada. Estas organizações podem ser consideradas “empresários, no sentido em que investem recursos para que os aderentes, como consumidores, possam comprar” (Della Porta, 2003, p. 133). Ou seja, a vertente financeira constitui um pilar na organização de um movimento social já que, ao analisarmos a mobilização de recursos do ponto de vista monetário, facilmente constatamos que a capacidade mobilizadora de determinado grupo varia consoante a capacidade financeira do mesmo.

Esta “profissionalização” dos movimentos sociais foi acompanhada pela crescente modernização da sociedade, que originou uma maior difusão de instrução, um maior nível de escolaridade nas populações e, conseqüentemente, uma maior qualificação das mesmas, o que, segundo Della Porta (2003), tende a aumentar a propensão para a associação e participação, já que as pessoas estão em condições de aderir e subscrever dinheiro, aumentando necessariamente a quantidade de recursos disponíveis. Quanto maior a instrução, maior o conhecimento, maiores os recursos financeiros, maior a credibilidade e influência, maior, portanto, a motivação para a acção colectiva.

Em suma, temos que o êxito dos movimentos sociais se prende em grande parte com os recursos que os mesmos possuem e com as relações intergrupais que estes desenvolvem com outras organizações.

2.2 Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas

Atestámos então anteriormente, que a organização e as relações entre grupos e diferentes entidades organizativas poderão influenciar a mobilização de recursos apresentando vantagens para a participação colectiva. No entanto, e é neste ponto que a teoria da mobilização de recursos se relaciona com a teoria da estrutura das oportunidades políticas, o processo da mobilização de recursos é também largamente influenciável pelas oportunidades políticas, ou seja, a mobilização de recursos poderá ser facilitada ou dificultada pelos órgãos do poder institucional na medida em que o regime político poderá reprimir ou até mesmo privar qualquer tipo de movimento social contestatário ou, por outro lado, adoptar uma postura mais permissiva relativamente ao protesto colectivo, sendo certo que “a participação se intensifica quando se abrem canais de acesso às decisões públicas que levam a esperar um êxito do protesto” (Della Porta, 2003, p.138).

É portanto irrefutável a importância da fenomenologia política na mobilização dos recursos e a sua influência no desenvolvimento de um determinado movimento social. Para tal, em muito contribuiu a modernização das sociedades e o processo de democratização a que as mesmas foram sujeitas, já que segundo Della Porta (2003, p.138), “o processo de democratização passou (...) através de um progressivo alargamento dos direitos cívicos, políticos e sociais e, portanto, das oportunidades de participação potenciais”. Estas oportunidades poderão surgir em momentos de crise institucional, de instabilidade política, económica ou social, situações aproveitadas pelos movimentos sociais para partirem para o protesto, para a participação e acção colectiva almejando a satisfação dos seus interesses e objectivos.

Estas oportunidades poderão surgir em momentos de crise insitucional, de instabilidade política, económica ou social, situações aproveitadas pelos movimentos sociais para partirem para o protesto, para a participação e acção colectiva almejando a satisfação dos seus interesses e objectivos.

Com o cunho de Charles Tilly (1978), Doug McAdam (1996), Peter Eisinger (1972) e Sidney Tarrow (1998), a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas foca a importância do sistema político e da sua estrutura na criação e desenvolvimento dos movimentos sociais. Desta forma, e consignando esta corrente teórica, os movimentos sociais e as revoluções são moldados consoante o conjunto de restrições e oportunidades políticas únicas para o contexto social onde se encontram inseridos (McAdam, et al., 1996, p.3). A estrutura das oportunidades políticas constitui desta forma, um dos recursos dos movimentos sociais e da acção colectiva, na medida em que o contexto político pode impôr limites e oportunidades aos movimentos sociais e às suas acções (Meyer & Minkoff, 2004, p.1457), dependendo de factores tais como a abertura política, os constrangimentos legais, o grau de controlo social, a repressão ou a tolerância por parte da liderança política. “As oportunidades abrem o caminho para a acção política, mas os movimentos também criam oportunidades” (Gamson & Meyer, 1996, p.276).

Como já referimos anteriormente, determinados movimentos sociais aproveitam-se de situações de especial debilidade institucional, social e política para levar avante a sua intervenção, impôr os seus interesses e defender as suas ideologias e convicções. Como referem McAdam et al. (1996, p.29), “o conceito de estrutura das oportunidades políticas tem sido usado como uma explicação para duas variáveis dependentes: o momento da acção colectiva e os resultados da actividade do movimento”, ou seja, podemos então afirmar que a estrutura das oportunidades políticas possui directa influência no processo de tomada de decisão de partir ou não para a acção colectiva por parte dos movimentos sociais. Esse processo de tomada de

decisão é baseado nas referidas oportunidades, que Tilly (1978, p.55) descreve como “a relação entre os interesses da população e o estado actual do mundo ao seu redor” e que acabam por servir como um pretexto tanto para a mobilização de recursos como para possíveis acções de protesto levadas a cabo em determinada sociedade e respectivo ambiente político.

Segundo Eisinger (1972, p.1) “o ambiente político é um termo genérico utilizado várias vezes na literatura da ciência política que se refere, entre outras coisas, a aspectos da estrutura política formal, ao clima de resposta governamental, à estrutura social e à estabilidade social” que varia necessariamente de sociedade para sociedade, de Estado para Estado, de país para país e ao longo do tempo.

Mediante Kriesi (2005, p.167), a estrutura das oportunidades políticas está assente em três dimensões fundamentais: o grau de abertura ou fecho (maior ou menor rigidez) do acesso ao sistema político formal; o grau de estabilidade ou instabilidade dos alinhamentos políticos ou das elites governantes; e, a disponibilidade e postura estratégica de potenciais parceiros ou aliados (grupos apoiantes, aliados do poder, grupos e associações) dos movimentos.

Por outro lado, Tarrow (1998) defende que para que um movimento social consiga singrar, necessita impreterivelmente de ter em conta determinados factores relacionados com a estrutura das oportunidades políticas, pelo que “um conjunto de factores gira em torno do conceito de «força do estado»; um segundo está relacionado com as estratégias predominantes dos estados em relação aos adversários; enquanto que um terceiro diz respeito ao problema da repressão e controlo social” (Tarrow, 1998, p. 81), reservando ainda um papel fundamental para um conjunto de variáveis dinâmicas que o próprio denomina de sistema de alianças e sistema de conflito (Tarrow, 1998).

No que concerne ao sistema institucional, concomitantemente com as oportunidades, apraz-nos referir, em consonância com Della Porta (2003, p.138), que “a participação se intensifica quando se abrem canais de acesso às decisões públicas que levam a esperar um êxito do protesto”, desta forma, as instituições políticas poderão influenciar as várias formas de participação dos movimentos sociais mediante um conjunto de variáveis que envolvem principalmente a concepção da descentralização territorial e da separação funcional do poder.

A descentralização territorial, política e administrativa consiste numa maior distribuição de poderes políticos através de órgãos periféricos tais como autarquias locais, Estados em sistemas federais ou regiões, assim como entidades públicas autónomas (com autonomia administrativa e financeira) sob a tutela do Estado, pelo que, quanto maior for essa descentralização “maior a possibilidade para os

movimentos singulares de encontrar um ponto de acesso ao sistema de decisões” (Della Porta, 2003, p.139).

Segundo Kriesi (2005, p.171), a “descentralização implica múltiplos pontos de acesso”, desta forma, os movimentos sociais terão mais hipóteses de tomar partido em regimes democráticos e liberais com um maior grau de abertura, onde a unidade e os órgãos administrativos se aproximam mais da população, fomentando a participação dos indivíduos nas decisões políticas e aumentando o acesso dos mesmos ao domínio político. Como refere Tarrow (1998, p.77), “a expansão do acesso é rapidamente expressada através de eleições” sendo que “nos sistemas democráticos, as eleições são eventos de rotina geralmente dominados por partidos institucionais” (Tarrow, 1998, p.78), o que naturalmente conduz à descentralização territorial e administrativa do Estado pelo facto de regiões, cidades, bairros e por fim as próprias pessoas, poderem manifestar a sua opinião e ideologia política e social através da participação cívica e de actos eleitorais, facto que favorece em grande medida a entrada dos movimentos sociais e organizações bem como da população em geral, na esfera institucional.

No mesmo domínio mas numa perspectiva distinta, deparamo-nos com o que se designa por separação funcional do poder. Consistindo no aumento da divisão e separação de tarefas entre o poder legislativo, executivo e judicial, a separação funcional do poder propicia igualmente a criação de pontos de acesso formais para os movimentos sociais. À luz do que afirma Kriesi (2005, p.171), “quanto maior o grau de separação de poder entre o executivo, o legislativo, e o judicial (...) maior o grau de acesso formal”, isto é, um sistema político e institucional julga-se tanto mais aberto quanto maior for a separação funcional do poder.

A independência do poder legislativo e judicial face ao executivo representa um aumento significativo das hipóteses dos movimentos em aceder ao poder e de incrementar a sua capacidade de mobilização, sendo que, “quanto mais independente é o poder judicial maior é o aumento das possibilidades de acesso dos movimentos” (Della Porta, 2003, p.139). Para além destes factores, e explicitando ainda o sistema institucional, encontramos o que Kriesi (2005, p.171) denomina de “coerência da administração pública”, referindo ainda que quanto maior o grau de coerência, de coordenação interna e profissionalização da administração pública, mais limitada se torna a possibilidade de acesso dos movimentos sociais, por outro lado, a fragmentação, falta de coordenação interna e profissionalização favorece a criação de múltiplos pontos de acesso que poderão beneficiar a entrada de determinados movimentos sociais no seio da esfera institucional (Kriesi, 2005, p.171).

Na mesma senda da teoria da estrutura das oportunidades políticas, decorre também o sistema estratégico, que é constituído pelos recursos e estratégias que o sistema ou o poder instituído têm à sua disposição para fazer face às exigências impostas pelos grupos de protesto e/ou movimentos sociais. Segundo Della Porta (2003, p.139, *itálico da autora*), “os movimentos são permeados pelas *estratégias predominantes*, ou seja, pelos processos que os membros de um sistema adoptam quando têm de enfrentar os «provocadores»”. Por outro lado, Kriesi (2005) afirma que o conceito de estratégias predominantes é utilizado para caracterizar as premissas dos procedimentos informais e os entendimentos implícitos ou explícitos que derivam do processo político e guiam as acções das autoridades.

Desta forma, os procedimentos informais e estratégias predominantes para com os movimentos sociais poderão ser definidos em estratégias exclusivas, (marcadas pelo carácter repressivo e confrontativo) ou integrativas (caracterizadas pelo facilitismo, cooperação e assimilação) dependendo do país e do grau de permissividade do seu sistema político (Kriesi, 2005).

As estratégias predominantes poderão assim influenciar o modo de actuação e a forma como os movimentos sociais se desenvolvem, já que quanto maior a violência e repressão por parte das autoridades representativas do poder institucional (decorrentes das estratégias exclusivas), maior a força, brutalidade e obstinação por parte da oposição levada a cabo pelos grupos de protesto (Kriesi, 2005). De maneira inversa, quanto maior a compreensão, cooperação e assertividade das autoridades competentes para com os movimentos sociais (sucedentes das estratégias integrativas), maior a sua moderação, união e pacificidade (Della Porta, 2003).

Atentando no que afirma Kriesi (2005), tanto as estratégias exclusivas como as integrativas são compatíveis com estruturas institucionais formais de diferentes tipos, sendo que, apesar do sistema político ser mais centralizador ou mais descentralizador, mais forte ou mais fraco, este é livre de adoptar o tipo de estratégias predominantes que achar por conveniente, tendo em conta o seu contexto social, económico e político e a atitude que tenciona manter perante os grupos e movimentos sociais.

Com a crescente democratização política as estratégias predominantes integrativas proliferaram na maior parte dos países e respectivos Estados, pelo que se veio a verificar ultimamente “uma tendência mais inclusiva, com o desenvolvimento de canais de concertação (...) e o predomínio de estratégias de mediação na gestão da ordem pública” (Della Porta, 2003, p.140) levada a cabo pelas autoridades. Esta tendência impulsiona naturalmente a difusão dos movimentos sociais e aumenta a sua possibilidade de intervenção na esfera institucional.

Por último, e numa vertente mais dinâmica do que o sistema institucional e o sistema estratégico, já que “tanto as instituições como as estratégias mudam muito lentamente no tempo” (Della Porta, 2003, p.140), surge o sistema de alianças e o sistema de conflito. Como refere Della Porta (2003), os movimentos sociais interagem com diversos actores sociais e políticos sendo que durante a sua vivência poderão encontrar tanto aliados como opositores na administração pública, na sociedade civil, no sistema dos partidos ou entre associações de interesse. Desta forma, poderemos asseverar que o sistema de alianças é composto por um conjunto de actores políticos que apoiam e suportam o movimento social, ao invés do sistema de conflito que se apresenta composto pelos que se lhe opõem e o ambicionam dirimir.

Segundo Sidney Tarrow, os “provocadores são incentivados a partir para a acção colectiva, quando têm aliados que podem actuar como seus amigos em tribunal, como garante contra a repressão, ou como negociadores em seu nome” (Tarrow, 1998, p. 79), ou seja, o sistema de alianças motiva a participação, potencia a mobilização de recursos e cria oportunidades políticas para que os movimentos sociais se possam desenvolver e atingir os seus objectivos.

Por seu turno, a presença ou ausência de aliados políticos está estritamente relacionada com o sucesso dos grupos (Tarrow, 1998), pelo que “enquanto o sistema de aliança fornece recursos e cria oportunidades políticas para os provocadores, o de conflito tende a piorar aquelas condições” (Della Porta, 2003, p.141).

A posição que aliados influentes podem tomar em favor dos movimentos sociais, bem como as divisões nas elites e os momentos de instabilidade eleitoral, podem criar oportunidades políticas que propiciem a acção colectiva. Da mesma forma, a existência de mecanismos e estratégias de repressão por parte das autoridades políticas, poderá inibir a mobilização colectiva, aumentando os custos da participação e limitando a acção dos grupos de protesto.

Assim, e corroborando com o que afirma Della Porta (2003, p.141), nos dias que correm “os efeitos de uma capacidade reduzida dos partidos políticos para funcionar como canais de mediação das exigências emergentes no sistema político, parecem desembocar numa proliferação das formas de protesto”. Esta proliferação das formas de protesto ocorre no seguimento da percepção das oportunidades políticas por parte dos provocadores, que aproveitam o momento propício para se mobilizarem e actuarem, demonstrando as debilidades do sistema político e evidenciando novas possibilidades de acção, originando por sua vez, o que Tarrow (1998, p.24) denominou de “ciclos de protesto”.

A noção de “ciclos de protesto” consiste numa “fase de intensificação dos conflitos no sistema social” (Tarrow, 1998, p.142) caracterizada pela rápida difusão da

acção colectiva e da mobilização de recursos (os movimentos sociais existentes criam oportunidades políticas para outros grupos agirem e se juntarem ao protesto), pela célere inovação das formas de protesto, pela mudança na forma de actuação na acção colectiva e dos discursos proferidos, pela coexistência de diferentes tipos de activistas na participação (quer sejam organizados ou não organizados) e por uma maior interacção entre os provocadores e as autoridades.

A forte contestação desencadeada por determinados movimentos, poderá criar um efeito de contágio para com grupos de protesto mais pequenos e com menos representatividade, que beneficiarão do “ciclo de protesto” para partirem, também eles, para a acção colectiva, aproveitando toda a conjuntura, reduzindo os custos de participação e aumentando as expectativas de benefícios.

Em suma, apraz-nos referir que o aparecimento de um movimento contestatário com maior visibilidade, tem a capacidade de alterar significativamente a dinâmica de emergência de todos os movimentos subsequentes (McAdam, et al., 1996), isto é, tem a capacidade de aumentar substancialmente as oportunidades de sucesso de todos os outros movimentos.

Relativamente às críticas formuladas à teoria da estrutura das oportunidades políticas, ressalta fundamentalmente a questão da restrição exacerbada das oportunidades ao sistema e universo político. Por outras palavras, a teoria da estrutura das oportunidades políticas reserva tamanha importância ao ambiente político e a toda a sua envolvência, que relega para segundo plano qualquer outro tipo de variáveis que poderiam surgir como relevantes no que às oportunidades de afirmação, mobilização e acção dos movimentos sociais concerne, assumindo desta forma uma posição redutora. Segundo William Gamson e David Meyer (1996, p.275), o conceito de estrutura das oportunidades políticas poderá estar a funcionar como “uma esponja que absorve praticamente todos os aspectos do ambiente dos movimentos sociais – instituições políticas e cultura, crises de vários tipos, alianças políticas, e mudanças políticas” ameaçando tornar-se um abrangente factor de correcção para todas as condições e circunstâncias que formam o contexto para a acção colectiva. Assim, para além de reducionista, a teoria da estrutura das oportunidades políticas, sendo “usada para explicar tanto, pode estar em última análise a explicar nada”.

2.3 Processo de Enquadramento Cultural (*Cultural Framing*)

Para além das teorias apresentadas e dissecadas anteriormente, afigura-se como fulcral o processo que poderemos denominar de Enquadramento Cultural ou *Cultural Framing*. Ao longo da nossa exposição teórica temos vindo a defender o papel da identidade para a mobilização de recursos levada a cabo pelos movimentos sociais,

porém, não enfatizámos a sua importância em relação à estrutura de oportunidades. Tal como verificámos previamente, a teoria da estrutura de oportunidades políticas, apesar de representar uma das bases teóricas mais relevantes para o estudo fenomenológico dos movimentos sociais, apresenta-se como redutora ao fixar-se somente nas oportunidades que derivam da esfera política e menosprezando as restantes variáveis que poderão, também elas, constituir oportunidades para que os movimentos sociais se possam afirmar, desenvolver e mobilizar um maior número de recursos.

É neste aspecto que o enquadramento cultural é tudo o que o mesmo envolve se relaciona com a estrutura de oportunidades, já que, segundo Donatella Della Porta e Mario Diani (1999, p.74), “uma condição importante e determinante para o sucesso das tentativas de mobilização reside na existência de um processo de enquadramento cultural entre os activistas do movimento e as populações que estes pretendem mobilizar”, pelo que o enquadramento cultural poderá, de facto, constituir uma das variáveis esquecidas na estrutura das oportunidades políticas, representando uma via para que determinado movimento obtenha o sucesso desejado mediante a mobilização de recursos que deriva da identidade colectiva elaborada em torno do Processo de Enquadramento Cultural.

O Processo de Enquadramento Cultural ou *Cultural Framing* traduz-se “numa ligação entre as interpretações orientadoras individuais e as da organização do movimento social, de forma a que um conjunto de interesses, valores e crenças individuais sejam congruentes e complementares com as actividades, objectivos e ideologias da organização do movimento social” (Snow, Rochford, Worden, & Benford, 1986, p.464). Ou seja, de modo a atrair indivíduos para se juntarem e ficarem comprometidos com determinado movimento, os activistas que dele fazem parte devem apresentar e procurar enquadrar os objectivos e as questões ideológicas defendidas pelo mesmo, para que estas ressoem e entrem em consonância com as crenças, sentimentos e desejos de potenciais recrutas. Desta forma, “a acção colectiva torna-se possível visto que as mensagens de mobilização são integradas nas componentes culturais da população à qual são endereçadas” (Della Porta & Diani, 1999, p.74).

Na obra *The Social Movements Reader: Cases and Concepts* de Jeff Goodwin e James M. Jasper (2009), encontramos uma explicação plausível daquilo que poderemos designar por quadros ou molduras culturais. Estas molduras ou quadros constituem os instrumentos através dos quais os movimentos sociais partem para o Processo de Enquadramento Cultural, visando fundamentalmente a mobilização. Desta feita, e atendendo ao que referem os dois autores, apraz-nos corroborar o que

defendem, ao afirmarem que “tal como uma moldura fotográfica que destaca o que está dentro da moldura mas exclui tudo aquilo que está fora de si, os quadros culturais são dispositivos que simplificam e nos ajudam a perceber as complexidades do mundo; eles são as lentes de filtragem, por assim dizer, através das quais nós damos sentido a este mundo” (Goodwin & Jasper, 2009, p.55). Assim, os quadros culturais podem assumir a forma de histórias atraentes, grupos poderosos de símbolos, slogans e palavras de ordem, ou atribuições de culpa por problemas sociais.

Para que o processo de enquadramento cultural surta o efeito desejado, estes quadros ou molduras culturais (explicados anteriormente de uma forma metafórica), que não são mais do que esquemas interpretativos gerados pelos movimentos sociais que “permitem aos indivíduos localizar, perceber, identificar e rotular as ocorrências do seu quotidiano e do mundo em geral” (Snow, et al., 1986, p.464), deverão ser compatíveis com as crenças, valores e ideologias da população alvo (Goodwin & Jasper, 2009), visando a criação de uma identidade colectiva que permita a angariação de novos recursos, a criação de novas oportunidades e, fundamentalmente, o alcance dos objectivos e dos ideais defendidos pelo movimento.

Segundo Alberto Melucci (1996, p.70), a identidade colectiva baseia-se no processo de construir um sistema de acção. “É uma definição interactiva e compartilhada produzida por um número de indivíduos (ou grupos num nível mais complexo) acerca das *orientações* da sua acção e do *campo* de oportunidades e constrangimentos onde essa mesma acção deverá ter lugar”. Isto é, a identidade colectiva é representada através de um conjunto de valores, objectivos, sentimentos, ideologias ou crenças, compartilhados por um determinado número de pessoas em determinado contexto social, político e cultural tendo como objectivo principal a mobilização para a acção colectiva.

Para Melucci (1996) a identidade colectiva divide-se em três dimensões: a dimensão cognitiva; a dimensão interactiva; e, a dimensão emocional. A dimensão cognitiva diz respeito ao conhecimento por parte das pessoas dos objectivos, dos meios e das condições da acção colectiva. A dimensão interactiva ou relacional consiste na “rede de relações activas entre actores que interagem, comunicam, influenciam-se mutuamente, negoceiam, e tomam decisões” (Melucci, 1996, p.71). Por fim, o autor defende que a dimensão emocional é fulcral, referindo que “um certo grau de investimento emocional é necessário na definição de uma identidade colectiva, já que permite aos indivíduos sentirem-se parte integrante de uma unidade comum” (Melucci, 1996, p.71).

O sentimento de pertença a determinado grupo patente na dimensão emocional defendida por Melucci (1996) e explicitada anteriormente, faz com que

ocorra uma alteração comportamental nos indivíduos, que fazendo parte integrante do colectivo, se identificam com os seus objectivos, incorporam os seus princípios e pretendem alcançar as metas inerentes ao movimento social de que fazem parte, encetando todos os esforços nesse sentido (Tajfel, 1982). Este sentimento de pertença é criado pelo próprio movimento social.

O movimento social é considerado por Melucci (1996) um actor sociopolítico na medida em que forma ou ajuda a formar a identidade, tanto pessoal como colectiva. De facto, os movimentos sociais permitem ao indivíduo adoptar, reformular ou construir uma identidade que eclode através de uma “relação dinâmica entre o desenvolvimento de um movimento e da herança cultural das instituições e do país em que opera” (Della Porta & Diani, 1999, p.75). Assim sendo, podemos depreender que o ambiente social, cultural, económico e político existente em determinado país ou Estado detém também uma importância abismal no que concerne à formação da identidade colectiva.

Como declaram Della Porta e Diani (1999), as mensagens enviadas pelos organizadores dos movimentos sociais deverão conter interpretações da realidade vivida que estejam em consonância com as da população alvo, expondo os objectivos principais do grupo e fazendo referência a aspectos relevantes para a opinião pública, de forma a que as pessoas se identifiquem com o movimento, se revejam nos seus objectivos e assumam o compromisso de enveredar no grupo de protesto e de participar nas acções promovidas pelo mesmo.

Ao identificarem-se com o grupo de protesto, as pessoas tornam-se solidárias para com as causas defendidas pelo mesmo e criam um vínculo com os restantes indivíduos pertencentes ao movimento, consumando a designada identidade colectiva. Como afirma Melucci (1996, p.74), a “solidariedade que une os indivíduos entre si permite-lhes que se afirmem como sujeitos da sua acção”, reforçando e garantindo desta forma a identidade, já que através deste vínculo solidário e de união o grupo ganha força, as causas e ideologias ganham um sentido mais amplo e a força de expressão torna-se substancialmente maior quando suportada pelo colectivo, ao invés de um único indivíduo isolado.

Posto isto, chegamos à conclusão que é através do conceito de identidade colectiva que indivíduos, movimentos sociais e a própria sociedade onde se inserem se complementam. A identidade colectiva, como processo constituinte do enquadramento cultural, permite aos actores produzirem estruturas cognitivas comuns, valorando o ambiente e o significado da acção, e calculando os seus custos e benefícios. Por outro lado, a identidade colectiva não se alicerça somente na relação entre vantagens e perdas (como verificámos anteriormente), pelo contrário, esta deriva

de um conjunto de factores conjugados, entre os quais se destacam as escolhas instrumentais, as interacções significativas e as escolhas emocionais (Melucci, 1996). Desta forma, podemos afirmar, concomitantemente com Melucci (1996, pp.74-75), que “a participação nas formas de mobilização colectiva ou em movimentos sociais, o envolvimento em formas de inovação cultural ou a acção voluntária inspirada pelo altruísmo, todos eles são fundamentados na necessidade de identidade e ajudam a satisfazê-la”.

Ainda no que concerne ao Processo de Enquadramento Cultural, ressalta também a importância que a teoria dos novos movimentos sociais possui para o mesmo. O seu contributo para o enquadramento cultural reside fundamentalmente na mudança cultural e axiológica ocorrida nas sociedades ditas contemporâneas, alterando as motivações para a acção colectiva. A “emergência de novas formas de acção colectiva nas sociedades industriais avançadas estimularam uma reconceptualização provocativa e inovativa do significado dos movimentos sociais” (Johnston, Laraña, & Gusfield, 1994, p.3). Contrariamente à luta de classes e às exigências materialistas defendidas até então, a contestação levada a cabo pelos movimentos sociais fundados nas décadas de 1960 e 1970 do século XX, passou a ser focada na demanda da identidade colectiva e na defesa dos novos valores comunitários (tais como a qualidade de vida) que se tornaram prementes nas sociedades pós-industriais e pós-materialistas, congregando diferentes classes e estratos sociais na “luta” por um objectivo comum.

Segundo François Chazel (1992, p.301), “a tomada em consideração da dimensão cultural traduz-se no interesse renovado que é conferido aos valores ou mais exactamente às mudanças de valores”, ou seja, os movimentos sociais e as acções desencadeadas pelos mesmos passaram a ser estruturadas em torno dos temas e problemas específicos das sociedades contemporâneas tais como a liberdade de expressão, a defesa dos direitos humanos, a qualidade de vida ou o trabalho não alienante, originando um processo social e político-cultural que proporciona uma identidade colectiva ao movimento, construída mediante valores culturais e políticos compartilhados pelos membros do grupo. Essa identidade deriva em grande parte da cultura de cidadania e de protesto, da afirmação pessoal no contexto da acção colectiva e da solidariedade existente no seio do movimento social, contribuindo para o Processo de Enquadramento Cultural.

Como refere Melucci (1996, p.90), o “industrialismo e o mercado, a tecnologia e as classes sociais, a racionalização e a exploração representam as imagens opostas e complementares da modernidade que herdámos do século dezanove”, sendo que desta forma, os novos movimentos sociais se caracterizam essencialmente pela nova

orientação ideológica anti-sistema, pelo novo sistema de valores anti-materialista e pela nova composição social ao nível dos membros dos movimentos (que já não são mobilizados e recrutados de acordo com a classe social, que nos remete para os tempos da luta de classes).

Estas mudanças sociais, culturais e políticas são então percebidas pelos grupos de protesto como oportunidades para o seu desenvolvimento, acção e intervenção e principalmente para a formulação da tão ansiada identidade colectiva, pelo que os discursos dos movimentos sociais deverão ser moldados de acordo e em relação às orientações gerais de um determinado período histórico e político (Della Porta & Diani, 1999). Assim, e tendo em conta que o ambiente e o contexto social e político detêm um papel fundamental no processo de enquadramento cultural, os novos movimentos sociais procuram adoptar posições contrárias às que estão institucionalizadas e em vigor em determinado país ou local, procurando a criação de novos valores e de novos tipos de interpretação da realidade social vivida quotidianamente, de forma a conceber uma causa identitária, solidária e unitária que gira em torno dos interesses e objectivos partilhados por indivíduos e organizações.

Ao Processo de Enquadramento Cultural ou *Cultural Framing* são no entanto endereçadas algumas críticas. Em primeiro lugar, no que concerne à questão que envolve a identidade colectiva dissertada anteriormente, Francesca Polleta e James Jasper (2001, p.283) referem que os “sociólogos têm recorrido à identidade colectiva para preencher lacunas nas contas da mobilização de recursos e do processo político no que diz respeito à emergência, trajectórias e impactos dos movimentos sociais”. A teoria da identidade colectiva procura explicar o fenómeno dos movimentos sociais mediante a percepção grupal do conceito de identidade social, ou seja, consoante o entendimento dos membros do grupo relativamente aos padrões comportamentais, valores e constrangimentos a que estão sujeitos por se identificarem e estarem inseridos num grupo. Para tal, conjuga perspectivas de teor psicológico e de teor sociológico, recorrendo a factores sociais, culturais, históricos, políticos e individuais, que interligados permitem uma melhor compreensão da composição da identidade. Desta forma, a teoria da identidade colectiva não poderá ser julgada como reducionista (à semelhança da teoria da estrutura das oportunidades políticas, a título de exemplo) já que apresenta uma visão psicossociológica acerca da temática discutida, abarcando toda a complexidade da acção colectiva. A identidade colectiva tem sido no entanto “tratada tanto demasiadamente ampla como demasiadamente restritiva, por vezes aplicada a demasiadas dinâmicas, noutras transformada numa categoria residual dentro de questões estruturalistas, racionalistas e centradas no Estado” (Polleta & Jasper, 2001, p.283).

Por outro lado, no que diz respeito à temática que versa acerca da teoria dos novos movimentos sociais como parte constituinte do Processo de Enquadramento Cultural, a principal crítica formulada resulta da falta de estudos empíricos que validem muitas das hipóteses teóricas formuladas e sustentadas (nomeadamente na Europa), assim como a excessiva atenção outorgada às questões estruturais da acção colectiva, já que “o problema básico de muitos analistas era entender o processo de formação do movimento através da análise da estrutura social que deu origem à ideologia e aos problemas a que a mesma foi dirigida” (Johnston, et al., 1994, p.4), relegando para segundo plano os aspectos micro-estruturais, micro-organizativos e motivacionais que auxiliam na explicação do funcionamento interno e das lógicas de mobilização dos movimentos sociais. Aos argumentos anteriormente explanados, acresce ainda o facto da teoria dos novos movimentos sociais ter a tendência de utilizar o termo “novos movimentos sociais” como se este “capturasse a «essência» de todas as novas formas de acção colectiva” (Johnston, et al., 1994, p.6) pelo que o conceito se torna mais explicativo do que realmente é e do que é garantido teoricamente.

Apesar das críticas formuladas, o Processo de Enquadramento Cultural representa uma das teorias basilares para a compreensão da fenomenologia inerente aos movimentos sociais. Afinal, é através do *Cultural Framing* que se estrutura a identidade colectiva, mediante a partilha de vivências emocionais, cognitivas e culturais, formuladas quotidianamente nas redes de interacção entre indivíduos e grupos aquando da contestação dos padrões sociais e culturais instituídos e da acção colectiva, levada a cabo para fazer face às lógicas dominantes e institucionais vigentes nas sociedades contemporâneas.

Após a apresentação e discussão das principais teorias explicativas dos movimentos sociais bem como dos autores mais significativos, apraz-nos mencionar que uma das críticas passível de ser enunciada a toda a conceptualização teórica que abraça a referida temática é a de que grande parte, senão a totalidade, dos estudos empíricos realizados em torno do fenómeno que debatemos neste trabalho foram realizados na Europa ou nos E.U.A (Estados Unidos da América), sendo que, no futuro, seria importante que a realidade dos restantes países ou continentes fosse devidamente estudada e analisada, não só como termo de comparação mas também tendo como objectivo a descoberta de novas formas de organização, de actuação e de desenvolvimento dos movimentos sociais.

Na senda do nosso trabalho, importa neste momento procurar definir o conceito de movimento social, que, adiante, nos permitirá destringir em que consiste afinal o *Black Bloc*.

2.4 Definição de Movimento Social

Chegados a este ponto fulcral do nosso trabalho, urge colocar uma questão que se nos apresenta como pertinente. O que é afinal um movimento social e em que consiste?

Procuraremos seguidamente dar resposta a tal quesito, aspirando fundamentalmente à formulação de uma definição geral que explice de uma forma detalhada, correcta e compreensível o conceito de movimento social. Para tal, teremos inevitavelmente de recorrer à vasta literatura existente sobre o tema e aos seus autores mais significativos, congregando a pluralidade de perspectivas que daí decorrem.

“Sempre que se procura definir um movimento social, confrontamo-nos de um modo geral com o duplo problema da sua delimitação empírica e da sua definição analítica” (Chazel, 1995, p.260), pelo que a sua conceptualização *stricto sensu* se afigura como intrincada, senão mesmo impossível à luz das ciências sociais.

Segundo McCarthy e Zald (1977, pp.1217-1218), “um movimento social é um conjunto de opiniões e de crenças comuns a uma população que representa preferências pela mudança de alguns elementos da estrutura social e/ou da distribuição de recompensas numa sociedade”. Por outro lado, Alain Touraine (cit. in Chazel, 1995, p.261) define movimento social como uma “«acção conflitual» (...) conduzida por «um actor de classe» (...) que se opõe ao seu adversário de classe com vista ao «controle do sistema de acção histórico»”. Embora estas concepções sejam ambas da década de 1970, julgamos, à semelhança de Chazel (1995), que o critério da primeira se afigura “definitivamente demasiado vago para identificar um movimento social” (Chazel, 1995, p.260), já que os sociólogos americanos McCarthy e Zald (1977) defendem que os movimentos sociais não são mais que estruturas de preferências, nada dizendo “quanto à mobilização dos actores e aos seus esforços no sentido de transporem essas preferências para uma acção colectiva” (Chazel, 1995, p.260), contrariamente ao da segunda, defendida por Alain Touraine (cit. in Chazel, 1995, p.261) que nos parece demasiado restritivo, limitando o âmbito dos movimentos sociais à luta de classes baseada no movimento operário e na luta do proletariado, revelando-se nitidamente ultrapassada nos dias de hoje.

Para Blumer (1995, p.60) os movimentos sociais são considerados “empreendimentos colectivos destinados a estabelecer uma nova ordem de vida”, insistindo na relação da concepção de movimento social e a noção de mudança. Porém, segundo Chazel (1995, p.262), “um movimento social não está necessariamente virado para a inovação; muito pelo contrário, pode acontecer que alguns desses movimentos sejam orientados no sentido de um reestabelecimento”.

Somos da opinião que a concepção de movimento social deverá conter elementos e critérios da teoria da mobilização de recursos, da teoria da estrutura das oportunidades políticas e da teoria do enquadramento cultural expostas anteriormente no nosso trabalho, para que possa espelhar os aspectos organizativos da gestão e da mobilização de recursos, a importância das oportunidades para o desenvolvimento e sucesso do movimento, a identidade colectiva e a importância do ambiente onde o mesmo se encontra inserido, formulando assim uma definição completa e assente numa fundamentação teórica adequada.

Baseada na definição lavrada por Blumer (1995), Chazel (1995, p.266, itálico do autor) avança com uma concepção de sua autoria em que o movimento social é percebido como *“um empreendimento colectivo de protesto e de contestação que visa impor mudanças, de importância variável, na estrutura social e/ou política através do recurso frequente, mas não necessariamente exclusivo, a meios não institucionalizados”*. Apesar de se alicerçar na tese da mudança, à semelhança das definições apresentadas anteriormente, Chazel (1995) preocupa-se em preveligiar a estrutura social e política, esquecendo no entanto a importância dos recursos e do enquadramento cultural. Todavia, como já referimos, julgamos que nem todos os movimentos sociais assentam numa concepção de mudança ou alteração da ordem de vida (e.g. movimentos de resistência) e somos da opinião que as definições que nela se baseiam são tão questionáveis quanto falaciosas.

Na mesma senda, Tilly (1984, p.306) sugere que “um movimento social é uma série ininterrupta de interacções entre os detentores do poder e indivíduos que pretendem com êxito falar a favor de um conjunto de pessoas a quem falta representação formal” realçando as interacções do movimento social com o seu enquadramento, em especial com o enquadramento do poder político.

Por sua vez, Rucht (1996, p.186) atesta que “num sentido muito restrito um movimento social consiste em dois tipos de componentes: (1) redes de grupos e organizações preparados para a mobilização tendo em vista acções de protesto para promover (ou resistir) à mudança social (que é o principal objectivo dos movimentos sociais); e (2) indivíduos que participam nas actividades de protesto ou contribuem com recursos sem que pertençam necessariamente a grupos de movimentos ou organizações”, focando a Teoria da Mobilização de Recursos e olvidando as restantes que detêm igual importância para o desabrochar do movimento, para a criação de oportunidades e formalização do Processo de Enquadramento Cultural que garantirá a sua sobrevivência.

Alberto Melucci (1996, pp.30-31) propõe uma definição que envolve três dimensões analíticas. “Um movimento é a mobilização de um actor colectivo (i)

definido por uma solidariedade específica, (ii) envolvido num conflito com um adversário para a apropriação e controlo de recursos valorizados por ambos, (iii) e cuja acção implica uma violação dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a própria acção ocorre”. Esta definição conceptualiza o conflito como uma relação entre actores opostos que lutam pelos mesmos recursos (abrangendo a Teoria da Mobilização de Recursos), a solidariedade como a capacidade dos actores partilharem uma identidade colectiva (Processo de Enquadramento Cultural) e os limites do sistema como a estrutura das oportunidades e constrangimentos a que o movimento social está sujeito em determinado ambiente ou sociedade (Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas), contemplando desta forma as três teorias que consideramos fundamentais no estudo da fenomenologia dos novos movimentos sociais.

Conquanto a definição de Melucci (1996) se apresente como completa à luz da fundamentação teórica de que se encontra revestida, não poderíamos deixar de enfatizar outra concepção de movimento social, mais actualizada por certo, legada por Tilly (1999, p.257, *itálico do autor*) onde o mesmo reconhece que um movimento social “*consiste num desafio constante aos detentores do poder em nome de uma população que vive sob a jurisdição desses detentores do poder por meio de repetidas exposições públicas de valor, união, números, e compromisso por parte dessa mesma população*” sendo desta definição que decorre a sigla WUNC – *Worthiness* (valor), *Unity* (união), *Numbers* (números), *Commitment* (compromisso). Segundo Tilly (1999) a força do movimento é representada através dos quatro critérios enunciados pela fórmula WUNC, referindo que se “algum dos valores cair para zero, a força também cai para zero (Tilly, 1999, p.261).

Della Porta (1999) brinda-nos com uma definição de movimento social que assenta em: redes de interacção informais, na medida em que “os movimentos podem ser concebidos como redes de interacção informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações” (Della Porta & Diani, 1999, p.14); um sistema de crenças partilhadas e solidariedade, já que “para ser considerado um movimento social, uma colectividade interaccional requer um conjunto partilhado de crenças e um sentimento de pertença” (Della Porta & Diani, 1999, p.14); acção colectiva focada em temáticas conflituais, no sentido em que “os actores do movimento social estão envolvidos em conflitos políticos e/ou culturais, pretendendo promover ou opor-se à mudança social” (Della Porta & Diani, 1999, p.15); e, uso frequente de várias formas de protesto, sendo que “diversos autores defendem que a distinção fundamental entre movimentos e outros actores sociais e políticos reside no contraste entre as formas

convencionais de participação política (tais como o voto ou a pressão dos representantes políticos) e o protesto público” (Della Porta & Diani, 1999, p.15).

Della Porta e Diani (1999) insistem, na sua concepção de movimento social, que os mesmos são constituídos por redes de interacção informais, no entanto, recorrendo ao que retratam as Teorias da Mobilização de Recursos e Estrutura das Oportunidades Políticas, ocorre-nos afirmar que, por vezes, o desenvolvimento e o crescimento do movimento passa pela adopção de uma estrutura organizativa formal e institucional planeada. Assim, e apesar da adesão formal dos indivíduos à estrutura do movimento não ser um factor invariável, julgamos que o mesmo não deve ser descartado de uma possível e precisa definição de movimento social.

Exploradas algumas das definições mais importantes dos autores mais significativos, é chegado o momento de propormos uma definição de nossa autoria, que deverá acima de tudo evidenciar os aspectos mais relevantes derivados das concepções até aqui apresentadas, assim como preencher as diversas lacunas que fomos apontando às mesmas aquando da sua dissecação.

Desta forma, tendo como fundamento teórico as três teorias contemporâneas que constituem a pedra basilar do nosso trabalho, conceptualizamos um movimento social como um conjunto de redes de interacção formais ou informais entre indivíduos, grupos ou organizações que partilham entre si determinadas crenças, um sentimento de identidade, e que se mobilizam sobre temáticas conflituais mediante formas e tácticas de protesto variadas tendo como principal anseio a defesa ou promoção de certos objectivos perante a sociedade e/ou o poder político.

2.5 A Actuação Policial

Como refere Germano Marques da Silva (2001, p.20), “a qualidade de qualquer democracia é tributária da qualidade da sua polícia. A polícia é um símbolo dos mais visíveis do poder e é por isso essencial que o povo tenha confiança na sua integridade. É esta confiança que, em grande parte, mantém a ordem e a estabilidade social e é condição da legitimação sociológica da polícia”.

Ora, como sabemos, os movimentos sociais, enquanto protagonistas da acção colectiva, distinguem-se por adoptar formas não convencionais (no sentido de não recorrerem ao circuito político formal) de comportamento público que geralmente culminam no protesto, “uma forma de acção não-convencional que interrompe a rotina quotidiana” (Della Porta, 2003, p.128) que, geralmente, ocorre no espaço público. O espaço público “é o bem comum por excelência, uma vez que funda a cidade democrática” (Gomes, 2007, p.66) no entanto, é também palco de confrontação,

“através de manifestações por vezes violentas contra quem representa a autoridade” (Gomes, 2007, pp.62-63).

Com efeito, “os movimentos caracterizam-se por mover uma crítica fundamental à democracia representativa, desafiando os pressupostos institucionais dos modos convencionais de fazer política em nome de uma democracia participativa” (Della Porta, 2003, p.128). Durante o seu percurso e desenvolvimento, é natural que os movimentos sociais se cruzem com o Estado ou com instituições representativas do Estado, como é o caso da polícia, condição que poderá causar alguma tensão e, porventura, situações de desordem, já que “a relação entre a polícia e os policiados pode ser considerada contraditória por natureza” (Carter & Radelet, 1999, p.215). P. Waddington (1999, p.42), referindo-se aos movimentos sociais, afirma que “o seu comportamento não é desordeiro, mas ordenado de uma maneira que não se conforma com as noções predominantes de respeitabilidade”, violando os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos alheios. É neste ponto que o papel da polícia é impreterivelmente fulcral enquanto “actividade de defesa da liberdade democrática, de garantia da segurança interna e dos direitos do cidadão” (Valente, 2009, p.7).

Segundo Marcello Caetano (1990, p.1150), a polícia deve ser entendida como “o modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir”. Por outro lado, Figueiredo Dias (2004, pp.397-400) refere que o papel da polícia consiste na “manutenção da ordem e a preservação da segurança e da tranquilidade pública” evidenciando claramente o carácter repressor inerente à actividade desempenhada pelas forças de segurança. No entanto, apesar de concordarmos substancialmente com as definições supracitadas, julgamos que “do mesmo modo que a abordagem repressiva é necessária (...) a abordagem preventiva permite atingir o mesmo objectivo actuando a montante” (Gomes, 2007, p.66), ou seja, antes da prática do acto ilícito ou desordeiro.

Defendemos, a par de Oliveira (2002, p.79) que “as políticas de prevenção constituem uma alternativa à repressão”, sendo que a polícia deverá pautar quotidianamente a sua actividade pelo carácter preventivo em detrimento da repressão e utilização da força, ainda que legítima e em prol do bem comum (Clemente, 2000). Imbuídos nesta linha de pensamento, acreditamos veementemente que a polícia, como instituição representante do Estado democrático ao serviço do cidadão, deve ser tolerante, respeitadora e defensora dos direitos de todos os cidadãos e “uma entidade destinada a mitigar a ordem social e manter uma cidadania estável” (Fernandez, 2008, p.20).

Porém, este espírito envolto no respeito e na tolerância por parte das forças de segurança relativo aos direitos fundamentais dos indivíduos, nem sempre vigorou. Atendendo à obra *Policing public disorder* de David Waddington (2007), atestamos que houve uma reforma, no que à actuação policial diz respeito, entre finais do século XX e início do século XXI, passando de um modelo assente na repressão e no uso da força para um modelo de negociação e tolerância. “Esta mudança envolveu um maior respeito pelos «direitos» dos manifestantes, uma abordagem mais tolerante para com a comunidade, uma comunicação e uma cooperação mais aproximada com o público, uma tendência reduzida para efectuar detenções (principalmente como uma tática de primeira instância), e a aplicação de apenas o mínimo de força necessária para controlar uma situação” (D. Waddington, 2007, p.10).

Corroboramos a ideia de Clemente (1998, p.109) de que a “finalidade da actuação policial consiste em primeiro lugar, na manutenção da ordem pública e, em segundo lugar, no seu restabelecimento”. É também nossa convicção que “o direito de reunião e de manifestação tem a natureza de verdadeira e própria liberdade” (Miranda, 1998, p.427), podendo ser promovido, convocado e organizado por qualquer cidadão. À polícia caberá o acompanhamento e a garantia da segurança dos que participam na manifestação, assim como a garantia da liberdade de circulação concomitante com a segurança dos que são alheios a tal iniciativa.

Por sua vez, não poderemos deixar de referir que a polícia é uma função do Estado e, como tal, julgamos que a natureza essencialmente política do policiamento e a necessidade, num sistema político democrático, de o tentar sustentar como não-partidário, faz com que o dilema do policiamento politicamente neutro seja impossível de resolver completamente (Crawshaw, Devlin, & Williamson, 1998), facto que poderá influenciar tanto o modelo de actuação das forças policiais, como a percepção que a população tem acerca das mesmas. Segundo P. Waddington (1999, p.30), o policiamento consiste “no exercício da autoridade do Estado sobre a população civil”, referindo ainda que essa autoridade é “baseada no monopólio da coercividade legítima”. Pese embora concordemos com o que afirma Waddington (1999), visto que a autoridade da polícia se baseia efectivamente no monopólio da utilização legítima da força, defendemos também que a mesma está assente na prevenção de “danos que possam resultar de condutas sociais perigosas” (Oliveira, 2002, p.69). Acreditamos que a “instituição policial (...) ao mesmo tempo e na mesma sociedade pode ser tanto o agente das pessoas que policia como o agente da classe dominante que controla essas mesmas pessoas” (Robinson & Scaglione, 1996, p.3), isto é, tanto pode ser o agente do cidadão como o agente do Estado, “especializado na monopolização estatal da força legítima no seu território” (Reiner, 2010, pp.7-8).

Defendemos, à semelhança de Oliveira (2002, p.74), que “o que está em causa é encontrar um (...) equilíbrio entre repressão e prevenção”, dando prevalência, sempre que possível, às políticas e modos de actuação alicerçados na prevenção. Como referimos anteriormente, aquando da ocorrência de manifestações e protestos decorrentes da acção colectiva levada a cabo pelos movimentos sociais, poderão ocorrer situações de desordem que façam perigar tanto a integridade dos próprios manifestantes, como a de terceiros e até mesmo a dos elementos policiais. Face a tais distúrbios, a polícia deverá utilizar os meios que considere adequados para a reposição da ordem pública e, em último caso, o recurso ao poder coercivo, já que “em democracia o uso da força não consubstancia um direito das Forças de Segurança, mas sim um dever quando se verificarem certos pressupostos e sempre com o fim de interromper ou evitar violações dos direitos fundamentais” (Silva, 2005, p.64). Todavia, “o próprio uso dos meios consentidos não pode ir além do estritamente necessário (Silva, 2005, p.95).

É nossa convicção que no seguimento da linha traçada até aqui, exaltando a prevenção ao invés da repressão, também as informações possuem um papel fundamental no que à prevenção, controlo e gestão das actividades perpetradas pelos movimentos sociais concerne. Conforme assistimos aquando da realização da Cimeira da NATO em Lisboa no ano de 2010, as forças policiais procuraram recolher informações acerca dos grupos e movimentos mais problemáticos e/ou violentos bem como dos seus líderes com o intuito primordial de prevenir eventuais ameaças ou distúrbios durante o decorrer da dita Cimeira. Ao que tudo indica a prevenção por meio das informações surtiu o efeito desejado, sendo que não ocorreram quaisquer episódios de tumultos ou desordens que merecessem destaque. Por outro lado, a Polícia deverá “negociar com os grupos de protesto antes de uma manifestação fazendo um esforço para estabelecer termos e condições mutuamente acordados sob os quais as manifestações se vão realizar” (D. Waddington, 2007, p.10), desta forma, é estabelecido um contacto entre a autoridade representativa do Estado e os líderes dos grupos protestantes, que deve ser mantido no decurso do protesto almejando dirimir qualquer ímpeto de desordem por parte dos manifestantes.

À semelhança do que acontece em países como a Suécia, em que o controlo de manifestações e o processo de tomada de decisão é baseado no conceito de *dialogue policing* (policiaimento através do diálogo) e assegurado por uma equipa policial especializada para esse efeito denominada de *Dialogue Police* (polícia do diálogo), o respeito mútuo entre as forças policiais e os manifestantes deveria ser fomentado mediante a comunicação. O diálogo entre polícia e líderes de movimentos sociais ou organizadores de manifestações afigura-se benéfico para ambas as partes,

já que por um lado, a polícia poderia antecipar o planeamento do policiamento, organizar-se e preparar-se melhor para as manifestações e acções planeadas pelo movimento, e, por outro lado, os manifestantes poderiam perceber a actuação das forças de segurança na manutenção da ordem pública e as condições em que se iria desenrolar o policiamento de determinado evento. Se tanto a polícia como os manifestantes estiverem cientes das intenções de ambas as partes, a hipótese do protesto se vir a tornar violento é marcadamente diminuta.

Existem no entanto situações em que devido à conjuntura radical de determinados movimentos ou grupos de protesto, quer a recolha de informações quer a tentativa de estabelecimento de contacto por parte das forças de segurança se revelam infrutíferas. Assim, quando protestantes com ideais extremistas e radicais, que actuam na base do conflito e da acção directa contra as forças da autoridade e contra os órgãos representativos do Estado de Direito Democrático, ameaçando os Direitos Fundamentais de terceiros e não respeitando o espaço público como bem comum a todos os cidadãos, levarem avante tais actos violadores da segurança da população e quando os pressupostos da tónica preventiva se revelarem esgotados, somos da opinião que o uso da força para o qual a Polícia está legitimada, deverá ser utilizado na prossecução da cessação dessas práticas, bem como na reposição da ordem e segurança pública.

2.6 Formulação da Problemática de Investigação

Culminado o capítulo dedicado ao enquadramento teórico do nosso trabalho, confrontamo-nos com a necessidade da formulação de uma problemática de investigação plausível e compaginável com tudo aquilo que foi apresentado até esta instância. Conquanto tenhamos descrito as teorias clássicas e evolutivas, também denominadas teorias da idade do comportamento colectivo (Chazel, 1995), concernentes ao estudo da fenomenologia dos movimentos sociais desenvolvidas por autores como Blumer (1946), Le bon (1963), Park (1969) e von Stein (1964) entre outros, que construíram a sua ideologia em torno da psicologia das multidões, da luta de classes, da teoria do contágio, da sociedade de massas e do comportamento colectivo enquanto fenómeno patológico, julgamos que a nossa investigação e a construção do problema de investigação se deverá fundamentar nas designadas teorias contemporâneas: a Teoria da Mobilização de Recursos (Della Porta, 2003; McCarthy & Zald, 1977; Melucci, 1996); a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas (Kriesi, 2005; Meyer & Minkoff, 2004; Tarrow, 1998); e, o Processo de Enquadramento Cultural (Della Porta & Diani, 1999; Goodwin & Jasper, 2009; Melucci, 1996).

Esta tendência por nós adoptada, decorre do facto de julgarmos que são estas correntes teóricas que constituem a pedra basilar do estudo da temática do nosso trabalho, a qual nos propusemos aprofundar. Desta forma, procuraremos analisar o *Black Bloc* à luz deste modelo teórico que nos permitirá abarcar aspectos referentes à estrutura organizativa, às oportunidades e constrangimentos que derivam da relação com os actores políticos e à formação da identidade colectiva, do sentimento de pertença e de solidariedade característicos deste tipo de fenómeno.

Deveremos também incidir na problemática que envolve a distinção do *Black Bloc* enquanto um movimento social ou, por outro lado, uma tática de protesto. Não raras vezes, os meios de comunicação social referem-se ao *Black Bloc* como sendo efectivamente um movimento, no entanto, há também quem defenda e conceba o *Black Bloc* como uma tática. Almejamos portanto dissecar este quesito central à luz da fundamentação teórica descrita anteriormente.

Assim, através da Teoria da Mobilização de Recursos esperamos conseguir decifrar em que consiste o *Black Bloc*, já que muitos lhe atribuem a denominação de movimento social enquanto outros defendem que é apenas uma tática de protesto que pode ser utilizada por variados movimentos, organizações e grupos de protesto. Esta teoria sustenta, fundamentalmente, que para que um movimento social surja e se consolide necessita de uma estrutura e um conjunto diverso de recursos que o suporte, tais como, meios financeiros, organização consistente e articulada e apoios e alianças interiores e exteriores ao movimento. No que concerne ao *Black Bloc* importa-nos principalmente perceber o seu *modus operandi*, de que forma recruta indivíduos para a participação colectiva, se possui algum tipo de financiamento e se se trata de uma organização estruturada e hierarquizada.

Mediante a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas torna-se elementar desvendar a relação do *Black Bloc* e dos seus apoiantes com o meio político, bem como a importância da dimensão política para a acção levada a cabo pelo mesmo. Afigura-se também como necessária a análise da percepção das oportunidades e dos constrangimentos derivados da conjuntura política e do poder insituído por parte do *Black Bloc* enquanto “agente provocador”, assim como a criação de oportunidades consoante a maior ou menor rigidez e permissividade do sistema em termos de controlo social e repressão. Deverá também ser abordada a questão das alianças enquanto fornecedoras de recursos concomitantemente com os actores que se batem como adversários e se lhe opõem.

Por meio do Processo de Enquadramento Cultural perseguiremos o entendimento da importância da construção de uma identidade colectiva para o *Black Bloc* tendo em conta a dimensão emocional, o sentimento de pertença, de

solidariedade e de compromisso dos seus precursores e o papel que o processo de enquadramento cultural desempenha na capacidade mobilizadora do movimento e/ou tática de protesto junto de potenciais adeptos.

Capítulo II – Método

1. Abordagem Qualitativa

Existem dois tipos de abordagem metodológica: a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa. A principal distinção entre ambas reside no facto de que a primeira pretende estudar relações de causa e efeito, enquanto que a segunda ambiciona a descrição, descodificação e interpretação de fenómenos e realidades em determinados contextos (D'Oliveira, 2005). Segundo Vala (1999), o rigor não é uma característica única da metodologia quantitativa, sendo que a abordagem qualitativa exige que o mundo seja examinado de forma a possibilitar uma compreensão mais esclarecedora do objecto de estudo (Bogdan & Biklen, 1994). Para Denzin e Lincoln (1994, p.2), a abordagem qualitativa consiste num “multi-método em foco, que envolve uma abordagem interpretativa e naturalística da matéria subjectiva. Isto significa que os investigadores qualitativos estudam coisas no seu contexto natural, procurando o sentido ou a interpretação de um fenómeno em termos dos significados que as pessoas trazem até eles”. Por outro lado, Bardin (1977) afiança que a metodologia qualitativa implica um procedimento mais intuitivo, mais maleável e adaptável a categorias não previstas ou à evolução das hipóteses.

Assim, e tendo em conta o supracitado, o nosso trabalho segue uma abordagem qualitativa, mais especificamente, é exploratório e descritivo, everedando pela exploração, descrição, interpretação e descodificação da informação existente acerca do tema *Black Bloc* em particular e dos movimentos sociais em geral. Recorrendo a Rey (2000), estamos perante a procura de uma explicação para fenómenos que são inacessíveis à experiência.

Neste tipo de estudo, as hipóteses dão lugar às questões de investigação, já que a abordagem qualitativa dita que as hipóteses ou objectivos sejam deduzidos a partir da teoria (D'Oliveira, 2005). Desta forma, a nossa investigação baseia-se na descrição dos documentos científicos (e não só) existentes, subordinados à temática que nos propusemos aprofundar, pretendendo o alcance dos objectivos (que deverão ser isentos de juízos de valor) traçados na problemática de investigação formulada anteriormente.

2. Corpus

O nosso trabalho está alicerçado no estudo e análise de documentos provenientes de fontes variadas e distintas, sendo que o seu conjunto é designado por *corpus*. (Bardin, 1977; Ferreira, 2000). Segundo Vala (1999), se o material a analisar foi produzido para uma pesquisa que o investigador pretende fazer, então, o *corpus* da análise é todo esse material. Assim, todo o material concernente à temática *Black Bloc* que recolhemos para a presente investigação, constitui o nosso *corpus* da análise.

A abordagem qualitativa inerente à nossa investigação impõe a constituição criteriosa de um *corpus* teórica e metodologicamente pertinente. Mediante Bardin (1977, p.122), o *corpus* traduz-se no “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”

Desta forma, o nosso *corpus* é constituído por: três livros, intitulados de *Black Bloc*, *White Riot* (Thompson, 2010), *Black Bloc papers* (Deusen & Massot, 2010) e *Encyclopédie des terrorismes et violences organisées* (Baud, 2009); dois folhetos informativos que dão pelo nome de *Bodyhammer: Tactics and self-defense for the modern protester* (Sarin, s.d.) e *How to organize an insurrection* (CrimethInc. Ex-Workers' Collective, 2008); e, doze sítios na *internet* relacionados com o *Black Bloc*.

3. Instrumento

Como apresentámos anteriormente, a nossa investigação acerca do *Black Bloc* assenta numa abordagem qualitativa. A análise de conteúdo temática representa o instrumento através do qual objectivámos essa mesma abordagem.

Segundo Berelson (cit. in Bardin, 1977, p.38), a análise de conteúdo traduz-se numa “técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Por outro lado, Krippendorff (1980) considera a análise de conteúdo como uma técnica que nos possibilita a replicação e inferência de dados de forma válida e, na mesma senda, Bardin (1977, p.44) define o processo de análise de conteúdo como sendo um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Desta forma, a inferência possibilita a interpretação dos dados contextualizados, sugerindo uma análise de conteúdo que não só estuda a linguagem e o discurso mas, também, as características das condições da sua produção. Como afirma Bardin (1977), a técnica da análise de conteúdo tem como principais objectivos ultrapassar a incerteza

e enriquecer a leitura através do estudo de conteúdos e estruturas de documentos, e procurar os verdadeiros significados que estão implícitos nas mensagens transmitidas, dando um novo sentido à comunicação e à linguagem, permitindo ainda caracterizar as suas condições de produção (Vala, 1999), sendo que através deste método anseamos o alcance da credibilidade do nosso estudo.

Assim, a fidelidade e validade inerentes à técnica de análise de conteúdo deverão ser asseguradas (Bardin, 1977; Weber, 1990) nas diferentes fases que enunciaremos de seguida. Em primeiro lugar afigura-se como necessária a definição de um quadro teórico de referência para posteriormente delinear o *corpus* (Vala, 1999), isto é, o material que se pretende analisar. Segue-se a pré-análise, que Bardin (1977) descreve como sendo uma fase inicial de organização e sistematização de todo o processo de análise. Posteriormente, deverão ser definidas as categorias decorrentes do objecto de estudo, onde se inserem os denominados conteúdos temáticos.

Efectivamente, ao contrário de outros instrumentos baseados na contagem de inferências e inserção de unidades de registo, a nossa análise de conteúdo assenta no isolamento dos temas prevalentes em determinado documento, ou conjunto de documentos, de forma a destacar temas principais e temas secundários constituintes dos conteúdos temáticos a inserir na respectiva grelha de análise.

Deveremos pois, proceder à organização e agregação dos conteúdos temáticos em categorias (Vala, 1999). Estes conteúdos temáticos devem representar e codificar as proposições consideradas relevantes para o nosso estudo, pelo que, “a análise temática é apenas um meta-discurso emitido pelo codificador sobre o discurso” (Ghiglione & Matalon, 1992, p.234). O processo de categorização é uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 1977, p.145).

Desta feita, a categorização pode ser efectuada de três formas distintas: *a priori*, através de um procedimento fechado em que o analista possui uma lista prévia de categorias apropriadas ao objecto em estudo e a usa para classificar os dados; *a posteriori*, através de um procedimento aberto em que a categorização se mantém como provisória ou instável, passível de remodelações à medida que novos dados vão sendo considerados (Ghiglione & Matalon, 1992); ou, utilizando-se um procedimento misto (Pais, 2004), sendo que para a realização da nossa investigação optámos pela adopção deste último.

Como afiançámos anteriormente, para garantir a credibilidade do processo é necessário garantir a fidelidade e a validade. No que diz respeito ao instrumento, o

analista deve garantir que as categorias de análise não são ambíguas, permitindo classificar os conteúdos temáticos com certeza e rigor (Ghiglione & Matalon, 1992), por sua vez, “os resultados devem ser independentes daqueles que os produzem” (Ghiglione & Matalon, 1992, p.197) pelo que o analista deve respeitar a fidelidade intra-codificador, procedendo a várias leituras do mesmo material em momentos distintos, e inter-codificador, solicitando a leitura e codificação de um conjunto de juízes independentes, eliminando eventuais problemas de diferenças de codificação (Ghiglione & Matalon, 1992; Vala, 1999).

Concordamos com a noção de que a validade do instrumento deverá ser materializada na assumpção da “adequação entre os objectivos e os fins sem distorção dos factos” (Ghiglione & Matalon, 1992, p.198) e na verificação dos critérios de exaustividade e exclusividade a ter em conta pelo investigador (Vala, 1999): todos os conteúdos temáticos devem ser analisados (exaustividade) e todos eles devem ser inseridos apenas numa categoria (exclusividade).

4. Procedimento

Aquando da aprovação do nosso projecto de dissertação de mestrado em Outubro de 2011, encetámos uma recolha bibliográfica e digital de material que sustentou tanto o capítulo da nossa investigação dedicado ao estudo da fenomenologia dos movimentos sociais bem como todo o *corpus* que subtivemos a análise e que foi delineado entre o mês de Outubro de 2011 e o mês de Fevereiro de 2012.

Para além da pesquisa bibliográfica efectuada em diversas bibliotecas, recorreremos também ao método de pesquisa pela *internet*. Para consumir a referida pesquisa, utilizámos o navegador “Google Chrome” em consonância com o motor de busca Google introduzindo descritores vários e obtendo os resultados que seguidamente apresentamos: *Black Bloc* (12.400.000 resultados), *Black Bloc Portugal* (370.000 resultados), *Black Bloc pdf* (750.000 resultados), *Black Bloc doc* (287.000 resultados). Devido ao número elevado de resultados obtidos, decidimos ter em consideração as primeiras vinte entradas de cada descritor enunciado anteriormente, excluindo as entradas repetidas. De realçar que no decorrer desta pesquisa na rede foram encontrados dois livros que versam acerca do *Black Bloc* e que fazem parte da constituição do *corpus* do nosso trabalho denominados de *Black bloc, white riot* (Thompson, 2010) e *Black bloc papers* (Deusen & Massot, 2010).

Os folhetos informativos apresentados no *corpus* foram recolhidos numa feira anarquista na cidade de Liubliana na Eslovénia, numa viagem por nós realizada durante o mês de Agosto de 2011.

Tendo como objectivo a análise qualitativa de todo o material recolhido, procedemos à construção de uma grelha de análise de conteúdo temática onde foram inseridas todos os conteúdos temáticos. A construção da grelha de análise foi feita à luz da Teoria da Mobilização de Recursos, da Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas e do Processo de Enquadramento Cultural, por surgirem como as mais indicadas para a nossa investigação. Por seu turno, a análise obedeceu a todos os passos descritos no subcapítulo dedicado ao instrumento, garantindo dessa forma a validade e a fidelidade que atribuem credibilidade a todo o processo, contando ainda com a participação de juízes externos que procederam à sua revisão.

Terminado o processo de codificação e análise de conteúdo, obtivemos os resultados que de seguida se apresentam bem como as respectivas conclusões que daí derivam.

Capítulo III – Apresentação e Discussão dos Resultados

À semelhança do que explicitámos no capítulo dedicado ao método, previamente apresentado, necessitámos nesta fase da nossa investigação de um instrumento que possibilitasse a análise de conteúdo temática fundamentada, de todo o material representante do *corpus* do trabalho. Deparámo-nos com a invariável necessidade de construir uma grelha de análise constituída por pré-categorias, categorias e subcategorias que espelhassem nitidamente os três modelos teóricos basilares do nosso trabalho: a Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas e o Processo de Enquadramento Cultural.

Desta forma, a nossa grelha de análise de conteúdo temática (vd. Anexo 1) encerra as pré-categorias, categorias e subcategorias que seguidamente apresentamos e dissecamos, com o intuito de esclarecer as questões postuladas no sub-capítulo dedicado à formulação do problema de investigação do nosso trabalho.

Realizada a respectiva codificação do *corpus* através de fontes abertas, foi-nos permitido observar que o modelo teórico em que registámos mais informação inerente à nossa temática de estudo foi o da mobilização de recursos (vd. Anexo 1, B.) e, mais especificamente, nas subcategorias que dizem respeito ao modo de organização (vd. Anexo 1, B.2.3.) e ao repertório (vd. Anexo 1, B.2.4.) que se inserem na categoria da organização (vd. Anexo 1, B.2.). A razão plausível e justificativa deste facto reside fundamentalmente na distinção existencial do *Black Bloc* enquanto movimento social ou táctica de protesto, questão que detém uma importância central no seio da problemática de investigação do presente estudo e que passamos a explanar seguidamente. É também digno de menção que relativamente à subcategoria respeitante ao financiamento do grupo (vd. Anexo 1, B.2.1.) não registámos qualquer tipo de informação.

Mediante a grelha de análise de conteúdo por nós elaborada (vd. Anexo 1), chegamos à conclusão que “O Black Bloc não é uma organização (como algo que tem um estatuto social e um limite de filiação de membros claramente definido). É uma táctica usada por anarquistas e igualitários em oposição ao controlo apoiado pelo governo da vida das pessoas e da economia em que todos existimos” (Antibody, Spazz, Sketch, & Entropy, 2010, p.81). Ousamos portanto afirmar, concomitantemente com o grupo de activistas acima supracitado, que o *Black Bloc* não é efectivamente um grupo, uma organização, nem tão pouco um movimento social (e.g. Anexo 1, B.2.3.), ao invés disso, o *Black Bloc* “é uma táctica. Ajuda a reforçar a segurança e a executar um objectivo na presença de manifestações de exposição elevada”

(<http://mlcastle.net/raisethefist/bloc.html> consultado em 2012-04-17). Na mesma corrente de pensamento se insere Jacques Baud (2009, p.212), referindo que “o Black Bloc não é nem uma estrutura, nem uma organização, nem uma ideologia, mas uma funcionalidade no seio de uma manifestação”. Esta funcionalidade é executada por um grupo de pessoas provenientes de grupos de afinidade e movimentos sociais distintos, reunidas temporariamente para essa ocasião e associada a uma estratégia de acção precisa. Assim, arriscamos afirmar que, à luz da Teoria da Mobilização de Recursos (Della Porta, 2003; McCarthy & Zald, 1977; Melucci, 1996), que o *Black Bloc*, não possuindo uma estrutura organizativa, não representa um movimento social mas sim “uma colecção de anarquistas e de grupos de afinidade que se organizam conjuntamente para uma acção de protesto em particular (...) e assim como não pode haver o «Grupo de Desobediência Civil» o *Black Bloc* também não pode ser considerado uma organização.

“Algumas pessoas têm a falsa opinião de que podem pertencer à «organização black bloc». Não existe uma organização black bloc sólida entre protestos. Existe um movimento anarquista que sempre existiu” (<http://www.infoshop.org/page/Blackbloc-Faq> consultado em 2012-04-17), pelo que podemos pensar no *Black Bloc* como um agrupamento de indivíduos ligados a movimentos sociais e a grupos de afinidade (geralmente conotados com ideais anarquistas e de extrema-esquerda) que representam um contingente numa marcha de protesto, desabrochando numa táctica à semelhança da desobediência civil, postulada por Henry Thoreau (1993) como sendo uma forma de protesto violenta ou não, assente na recusa activa e professada em obedecer a determinadas leis, exigências e comandos de um governo.

Conquanto tenhamos obtido e formulado uma resposta à questão acima descrita, deparamo-nos nesta altura com a necessidade de esclarecer em que consiste o conceito de táctica, assim como o conceito de estratégia, já que os dois termos estão relacionados, e consequentemente, não podem ser dissociados.

Assim, temos que a táctica não é mais do que “um conjunto de manobras utilizadas para vencer um compromisso específico” (Mohandesi, 2012, <http://libcom.org/library/black-bloc-salar-mohandesi> consultado em 2012-04-17). Por outro lado, a estratégia “é a forma como esses compromissos discretos são coerentemente associados para atingir um objectivo mais amplo” (Mohandesi, 2012, <http://libcom.org/library/black-bloc-salar-mohandesi> consultado em 2012-04-17). Desta forma, e mediante as definições supracitadas, depreendemos, de uma maneira simplificada, que a táctica é a execução num preciso momento de uma determinada estratégia, e por sua vez a estratégia está relacionada com o planeamento prévio da(s) táctica(s) necessária(s) para alcançar os intuitos traçados.

Estando interligadas tanto na teoria como na prática e relativamente ao *Black Bloc*, “sem uma estratégia as táticas apenas produzem escaramuças isoladas; sem tática, uma estratégia é apenas um sonho não realizado” (Mohandesi, 2012, <http://libcom.org/library/black-bloc-salar-mohandesi> consultado em 2012-04-17) sendo que a ausência de estratégia implica a dissolução da tática e *vice versa*.

O confronto assente em lutas de rua “que tem vindo a ser nos dias que correm personificado pelo black bloc, é uma tática, uma vez que representa uma forma específica de vencer um encontro específico. Pode ser isolada ou complementada por uma série de outras táticas, tais como marchas pacíficas e/ou boicotes. (Mohandesi, 2012, <http://libcom.org/library/black-bloc-salar-mohandesi> consultado em 2012-04-17).

Ultrapassada a etapa inerente à definição do *Black Bloc* enquanto uma tática de protesto e dissecadas as concepções dos termos de estratégia e tática, urge nesta instância focar e traçar, ainda que em linhas gerais, a genealogia da referida tática. Para tal, recorremos à informação introduzida na categoria referente à natureza cultural (vd. Anexo 1, C.1.), decorrente da pré-categoria do processo de enquadramento cultural (vd. Anexo 1, C.) da nossa grelha de análise de conteúdo temática.

“Situada nos confins da «incivilidade» (ou falta de civismo), da guerrilha urbana e do terrorismo” (Baud, 2009, p.212) a tática *Black Bloc* teve origem no decorrer das manifestações protagonizadas na Alemanha durante a década de 1980, tendo o termo sido cunhado pelas forças policiais com o intuito de “descrever os jovens militantes «ocupas» e grupos autónomos que as combatiam nas ruas” (<http://www.infoshop.org/page/Blackbloc-Faq> consultado em 2012-04-17). A conjuntura social e económica de recessão então vivida no país originou a emergência de movimentos radicais e grupos autónomos, maioritariamente fundados por jovens “ocupas” que se encontraram impossibilitados de arranjar um emprego, uma casa e de serem social e financeiramente independentes (Katsiaficas, 1997), passando a focar as suas preocupações em manifestações reivindicativas de causas ambientalistas e solidárias para com os discriminados e oprimidos, assim como o combate às instituições representantes do capitalismo, através de constantes ocupações e vandalizações de corporações multinacionais, instituições bancárias e repartições de finanças (<http://www.ainfos.ca/01/jun/ainfos00170.html> consultado em 2012-04-17).

Perante estes factos, as autoridades representativas do Estado alemão iniciaram uma impetuosa acção ofensiva, assente no uso da força contra os designados “ocupas” e os espaços sociais e casas devolutas existentes em Berlim (mais concretamente em Haffenstrasse, Hamburgo e Kreuzberg) onde os mesmos residiam e coabitavam (Rothstein, 2012, <http://www.portlandoccupier.org/2012/02/>

16/black-bloc-a-brief-history/ consultado em 2012-04-17). A elevada repressão das forças policiais despoletou, em finais de 1980, a consolidação de grupos militantes em torno de uma identidade colectiva, alicerçada pela monopolização de uma única tática, que culminou na confrontação das autoridades através da luta de rua (Mohandesi, 2012, <http://libcom.org/library/black-bloc-salar-mohandesi> consultado em 2012-04-17), representativa do “caldeirão fervente de opressão e resistência a partir do qual o Black Bloc nasceu” (<http://www.ainfos.ca/01/jun/ainfos00170.html> consultado em 2012-04-07).

Nesta linha, os activistas passaram a frequentar os protestos e marchas usando capacetes de mota pretos, máscaras de esqui e trajando roupa preta em uniformidade (ou, para os mais preparados, vestindo roupa acolchoada, botas de biqueira de aço e trazendo os seus próprios escudos e cassetetes).

No *Black Bloc*, autónomos e outros radicais podiam de uma forma mais eficaz defender-se dos ataques da polícia sem serem identificados como os indivíduos que deveriam ser alvo de detenções. E, como todos descobriram rapidamente, havendo um grupo enorme de pessoas vestidas de forma igual e com as suas caras tapadas, “não só ajudava na defesa contra a polícia, como também simplificava a tarefa dos sabotadores de tomar a ofensiva contra lojas, bancos e quaisquer símbolos materiais e outros centros de poder de capitalismo e do Estado” (<http://www.ainfos.ca/01/jun/ainfos00170.html> consultado em 2012-04-17). Imbuídos desta acepção de identidade colectiva, sentimento de pertença e solidariedade assente na uniformização e sobretudo no poder do anonimato através da utilização das máscaras, os activistas foram encorajando a participação popular na destruição de propriedades públicas e actos de violência contra o Estado e o capitalismo, mobilizando recursos (vd. Anexo 1, B.) para a participação em *Black Bloc's*.

Assim, “deve ser entendido que esta formação não foi o nascimento de uma organização formal ou contínua. Ela agiu simplesmente como um agrupamento temporário coeso com o objectivo imediato de criar uma força temporalmente contingente de combate de rua, que na prática se iria dissolver com a conclusão da acção em mãos” (Deusen & Massot, 2010, p.10). No entanto, e dado o carácter violento e radical dos seus actos, corroboramos que “o Black Bloc é uma forma de militância que acentua a dicotomia entre a desobediência civil não-violenta popularmente executada (...) e a sabotagem” (<http://www.ainfos.ca/01/jun/ainfos00170.html> consultado em 2012-04-17).

A migração da tática de protesto da Europa para os E.U.A. veio-se a verificar, ainda que pouco significativamente, no ano de 1988 em Washington D.C. junto ao Pentágono, com o principal objectivo de bloquear os acessos ao edifício no decorrer

dos protestos contra o apoio dos Estados Unidos aos esquadrões da morte direitistas em El Salvador (Deusen & Massot, 2010), sendo que, de 1888 em diante “os Black Blocs foram aparecendo esporadicamente na América do Norte” (Deusen & Massot, 2010, p.35).

De entre as principais aparições no continente Americano, as que adquirem maior relevância são: a de 1991 em Washington D.C., em que por altura dos protestos contra a Guerra do Golfo e fomentado pela Federação Anarquista Revolucionária *Love and Rage* foi organizado o maior e mais militante *Black Bloc* da história americana, colocando definitivamente a tática no mapa das autoridades e da sociedade em geral (Deusen & Massot, 2010); e, no ano de 1999 em Seattle, aquando dos protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), onde “o Black Bloc e o movimento anarquista consolidaram a sua associação na consciência popular, tendo causado danos em alvos capitalistas no valor estimado de 10 milhões de dólares” (Deusen & Massot, 2012, pp.37-38).

Concernente ao território Europeu, a aparição que mais se destaca é a de Génova em 2001, referente aos protestos contra a realização da cimeira do G8 (*Group of Eight* [Grupo dos Oito]), onde o *Bloc* se envolveu em violentos confrontos com a polícia local e que culminou com a morte de Carlo Giuliani (activista que participava então no *Black Bloc*) após ter sido alvejado pelos Carabiniere (<http://struggle.ws/freeearth/genoa.html> consultado em 2012-04-18).

No livro de Deusen e Massot (2010, p.I) pode ler-se “Black Bloc Papers é dedicado à memória revolucionária de Carlo Giuliani, que perdeu a sua vida lutando contra as forças do capital nas ruas de Génova, Itália, em 2001. A sua memória vive nos nossos corações e nos nossos punhos”, revelando o sentimento de solidariedade existente entre os activistas.

Os factos ocorridos em Génova, conduzem-nos à questão do repertório e das formas de acção levadas a cabo pelo *Bloc* (vd. Anexo 1, B.2.4.). “As formas de acção do Black Bloc mudam de caso para caso, mas seguem uma estratégia geral focada na criação de um espírito de solidariedade, contra a repressão policial, criando uma situação caótica que serve de alavanca para os protestos violentos” (Baud, 2009, p. 212). Assente nos ideais anarquistas e tendo como principais inimigos (e.g. Anexo 1, A.3.2.) “o Estado, a polícia e a classe capitalista” (Thompson, 2010, p. 79), esta forma de protesto é caracterizada pela provocação de uma grande mobilidade tática almejando fundamentalmente a quebra da coesão das forças policiais, embrenhando-as nos confrontos com os activistas e permitindo o desenvolvimento e a insurreição do núcleo da manifestação (Deusen & Massot, 2010) através da utilização da violência física exacerbada, pilhagem, sabotagem e ameaças verbais (Baud, 2009).

O mecanismo com que a tática *Black Bloc* frequentemente opera baseia-se na “actuação a partir das manifestações pacifistas” (Baud, 2009, p.212). Ou seja, os protestos pacifistas funcionam como uma oportunidade (Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas [Kriesi, 2005; Meyer & Minkoff, 2004; Tarrow, 1998]) para o *Black Bloc* procurar a legitimidade de despoletar a violência, consumada mediante a acção directa. Concomitantemente, os activistas participantes na tática também criam oportunidades de acção, senão vejamos, a título de exemplo, a forma como o *Black Bloc* desenvolveu a sua actividade durante as manifestações de Génova, em que “foi inserido na manifestação principal e cercado por membros do Pink Bloc” (Baud, 2009, p.215) que funcionaram como um grupo tático de frivolidade, tendo por objectivo ludibriar a polícia e favorecer a ofensiva violenta desencadeada pelo *Bloc*.

De modo semelhante, podemos recorrer ao comunicado emanado pelo Colectivo Organizativo Autónomo, aquando das manifestações no Quebeque em 2001, e que refere o seguinte: “Sexta-feira 20 de Abril é o dia da acção convocada pela Convergência Anti-Capitalista e o Comité de Boas-Vindas da Cimeira das Américas. As acções neste dia serão divididas em três «blocs». Um green bloc com um risco de detenções mínimo ou nulo; um yellow bloc, para pessoas que planeiem fazer desobediência civil; e um red bloc para a multidão «orientada para os distúrbios»” (Autonomous Organizing Collective, 2010, p.133). Assim, parece-nos claro que as manobras estratégicas utilizadas pela tática *Black Bloc* não são estanques, podendo “variar de black bloc para black bloc” (<http://www.infoshop.org/page/Blackbloc-Faq> consultado em 2012-04-18), ou seja, a tática *Black Bloc* pode comportar várias formas de actuação consoante os objectivos a alcançar, o local do protesto e o número de participantes em determinada manifestação.

Das manobras e técnicas mais utilizadas no decorrer da actuação dos activistas inseridos no *Bloc*, destacam-se as de “Unarresting e De-bloc’ing” (<http://www.infoshop.org/page/Blackbloc-Faq> consultado em 2012-04-18).

O *Unarresting* (deixar de estar detido), traduz-se na actividade prática de retirar à força um activista detido das mãos dos agentes policiais (<http://mlcastle.net/raisethefist/unarrest.html> consultado em 2012-04-18). Ocorre principalmente “quando um ou dois polícias agarram uma pessoa na linha da frente e vários braços saem do bloco para agarrar o indivíduo e trazê-lo de volta” (Hastings, 2010, p.296). Para evitar o risco de detenções inesperadas, muitos *Black Bloc* seguem a manobra denominada de *linking arms* ou ligação de braços, entrelaçando os braços de vários protestantes com o intuito de dificultar a retirada de uma pessoa isolada por parte da polícia (<http://mlcastle.net/raisethefist/unarrest.html> consultado em 2012-04-18).

O *De-bloc'ing* (mudar de aparência rapidamente), consiste num conjunto de técnicas que permite aos activistas que formam determinado *Black Bloc* a troca de roupa e de acessórios de uma forma rápida, para que a dada altura do protesto se tornem irreconhecíveis e passem despercebidos aos olhos das autoridades, desmobilizando ou integrando-se descaracterizados no cortejo da manifestação (o mesmo se aplica quando a intenção é revelarem a sua pertença ao *Black Bloc* e tornarem-se caracterizados) (<http://mlcastle.net/raisethefist/debloc.html> consultado em 2012-04-18). Para que tal se torne possível, os elementos constituintes do *Bloc* deverão vestir as roupas do *Black Bloc* por dentro das roupas ditas “normais”, ou o contrário (Hastings, 2010) e quando o momento se afigurar propício “devem retirar a roupa «normal» para revelar as verdadeiras cores que estão por baixo” (Hastings, 2010, p.357) ou *vice-versa*. Por vezes, o *De-Bloc'ing* é realizado com recurso às enormes faixas com mensagens reivindicativas utilizadas durante a acção, tendo a função de cobrir os elementos do *Black Bloc* enquanto os mesmos trocam de roupas, dirimindo as hipóteses de serem fotografados, identificados ou até mesmo detidos pelas forças de segurança (<http://mlcastle.net/raisethefist/debloc.html> consultado em 2012-04-18).

Apesar da maioria das técnicas se encontrar assente numa concepção de protesto violenta, julgamos que o *Black Bloc* poderá também recorrer a técnicas de manifestação não violentas, como por exemplo, a resistência passiva, que basicamente consiste na não colaboração dos activistas com os agentes policiais quando estes procedem à sua detenção, atando as mãos e os pés uns aos outros e ficando sentados ou deitados no solo (Crimethink Ex-Workers Collective, 2008).

A par das técnicas utilizadas pelos activistas, surgem os vários tipos de objectos e instrumentos, improvisados ou não, frequentemente usados na acção directa contra as autoridades, instituições e empresas representativas do capitalismo desmesurado (e.g. Bancos, *Starbucks*, *Mc' Donalds*), tais como as “fundas, as fisgas, os boomerangs ou estrelas” (<http://mlcastle.net/raisethefist/weapons.html> consultado em 2012-04-18), os bastões, os escudos (Sarin, s.d.), entre outros. Na mesma linha, encontramos “os engenhos explosivos artesanais que funcionam na perfeição no decorrer das manifestações” (<http://mlcastle.net/raisethefist/weapons.html> consultado em 2012-04-18) e cujas instruções de construção estão disponíveis em fonte aberta, a qualquer indivíduo que tenha acesso à *internet*. De entre uma vasta panóplia de engenhos habitualmente utilizados num *Black Bloc* destacamos os mais populares, ou seja, os “Cocktails Molotov e as Bombas de Fumo” (<http://mlcastle.net/raisethefist/weapons.html> consultado em 2012-04-18).

Caracterizados pelas roupas pretas, pelo símbolo da anarquia (a letra “A” cercada pela letra capital “O”) presente em faixas e estandartes, e pelas bandeiras negras (ou combinando a coloração vermelha e negra), os activistas que participam no *Bloc* são maioritariamente anarquistas (vd. Anexo 1, C.2.) ou militantes de grupos relacionados com a extrema-esquerda (<http://www.infoshop.org/page/Blackbloc-Faq> consultado em 2012-04-18). O facto de trajarem de negro e da denominação táctica ser alusiva à referida cor é representativo disso mesmo, já que o “Preto é a cor do anarquismo, razão pela qual se denomina Black Bloc. Os anarquistas vestem-se de preto para dramatizar a cor da política” (<http://www.infoshop.org/page/Blackbloc-Faq> consultado em 2012-04-18). Assim, julgamos que a concepção ideológica da “comunidade anarquista do Black Bloc” (Deusen & Massot, 2010, p.344) é compaginável com a afirmação de Baud (2009, p.212) de que “os seus partidários são recrutados de entre os diversos movimentos de extrema esquerda, autónomos, ecologistas ou anarquistas”.

Após a análise de conteúdo levada a cabo para a presente investigação, é nossa opinião que a táctica *Black Bloc* enquanto “aliança de pessoas independentes e de grupos de afinidade” (Thompson, 2010, p.10) é idealizada em torno das convicções da anti-globalização, do anti-capitalismo, do anti-fascismo, da rejeição do sistema político instituído, da defesa da classe operária trabalhadora, dos oprimidos e do respeito pelos direitos dos homossexuais (entre outras) postuladas pelo conceito anarquista (Deusen & Massot, 2010). No entanto, não excluimos a possibilidade de existirem no seio de determinado *Bloc*, alguns jovens “simplesmente descontentes, mas sem uma verdadeira ideologia política, por vezes até comprometidos profissionalmente com as instituições que combatem” (Baud, 2009, p. 212).

Por seu turno, “a literatura associada ao Black Bloc faz aparecer a hierarquia como uma forma de violência contra o indivíduo” (Baud, 2009, p. 213). A rejeição da hierarquia enquanto sinónimo de desigualdade constitui uma das características basilares do anarquismo enquanto “processo de libertação individual dos constrangimentos da sociedade hierarquizada” (Severino, 2010, p.365).

No que diz respeito à indumentária, num dos comunicados colectados na obra de Deusen e Massot (2010) podemos ler o seguinte: “lembrem-se de vir de preto e de trazer as máscaras já que devemos formar um único Black Bloc, demonstrando solidariedade, união e igualdade, e sobretudo, anonimato simbólico e anonimato para a polícia, que usa câmaras fotográficas e de vídeo para documentar o protesto e os protestantes” (A. Nonymous, 2010, p. 272).

Para além da função prática da homogeneidade e uniformização das roupas pretas e da simbologia utilizada (dificultando a identificação individual de um protestante inserido num *Black Bloc*), estas funcionam também como um importante alicerce na construção de uma identidade colectiva (os indivíduos passam a ser parte constituinte de um todo), inserida no modelo teórico do processo de enquadramento cultural (vd. Anexo 1, C.) e preconizada por autores tais como Chazel (1995), Della Porta e Diani (1999), Melucci (1995) e Polleta e Jasper (2001).

Melucci (1996, pp.74-75) afirma que “a participação nas formas de mobilização colectiva ou em movimentos sociais, o envolvimento em formas de inovação cultural ou a acção voluntária inspirada pelo altruísmo, todos eles são fundamentados na necessidade de identidade e ajudam a satisfazê-la”, explicitando solenemente a importância fulcral que encerra a identidade colectiva, assim como todo o processo de enquadramento cultural para envolvimento dos indivíduos na mobilização colectiva. Desta forma, as camisolas pretas com capuz, as calças pretas, o lenço preto a tapar a cara e as máscaras fazem parte de uma idumentária característica do *Black Bloc* que permite a sua afirmação e desenvolvimento enquanto táctica de protesto maioritariamente anarquista.

Segundo Baud (2009, p.213), “a planificação e a conduta estratégica do Black Bloc é assegurada através de salas de conversação na *internet*”. De facto, recorrendo à obra de Deusen e Massot (2010), encontramos alguns comunicados elaborados por grupos de afinidade anarquistas, apelando à mobilização dos activistas para determinadas acções relacionadas com *Black Bloc*'s e disponibilizando vários endereços de correio electrónico com o intuito de esclarecer dúvidas e estabelecer conversações entre os activistas e os organizadores do protesto.

Aquando da cimeira do G8 em Génova, a polícia italiana tentou penetrar nas comunicações de elementos que organizavam o *Black Bloc* na *internet*, por meio de sites criados para o efeito, *chat-rooms* (salas de conversação) e correio electrónico. No entanto, os seus intentos foram rapidamente identificados pelos activistas que reagiram divulgando informações falsas, almejando induzir em erro as forças de segurança (Baud, 2009).

Julgamos que a *internet* constitui, de facto, um importante veículo de comunicação e de transmissão de informação entre os anarquistas e protestantes pertencentes aos vários movimentos sociais, grupos de protesto e de afinidade que participam e/ou organizam a táctica *Black Bloc*, sendo “igualmente utilizada para fins de manipulação ou propaganda” (Baud, 2009, p.214). Prova disso são os vários sítios da *internet* conotados com a ideologia anarquista, que divulgam diversa informação detalhada acerca da táctica *Black Bloc* (alguns deles presentes no *corpus* do nosso

trabalho) e as fotografias da morte de Carlo Giuliani que, pouco depois das violentas manifestações de Génova, foram postas a circular na rede (Baud, 2009) com o provável intuito de causar um sentimento de revolta contra as forças de segurança e, por outro lado, um sentimento de solidariedade em relação às causas defendidas pelos agitadores constituintes do *Bloc*. Assim sendo, concluímos que “O aumento das habilidades de comunicação para com a população, resultou no avanço da organização/mobilização do protesto social e movimentos Anarquistas revolucionários” (G-Mac, 2010, p. 345).

Mediante o supracitado, podemos então estabelecer um paralelismo com as três concepções teóricas que sustentam a nossa investigação de um ponto de vista teórico-conceptual, na medida em que a *internet* tem efectivamente a capacidade de: mobilizar recursos para a acção colectiva da tática *Black Bloc* (Della Porta, 2003; McCarthy & Zald, 1996; Tilly, 1978); contribuir para a criação de oportunidades (Kriesi, 2005; Meyer & Minkoff, 2004; Tarrow, 1998) relativas à disseminação de informação por um número infindável de pessoas, com o principal propósito de auxiliar na organização de determinado *Black Bloc* e potenciar o seu sucesso; e, pode ser também, um pilar fulcral no processo de enquadramento cultural (Della Porta & Diani, 1999; Goodwin & Jasper, 2009; Melucci, 1996) fundamentalmente ao nível emocional, com o despertar de sentimentos de revolta, solidariedade e de pertença através da circulação de imagens e informações (manipuladas ou não) referentes à repressão policial (como exemplificado anteriormente) ou a qualquer outro assunto que tenha o potencial de granjear junto dos forasteiros opiniões, recursos e/ou oportunidades favoráveis aos valores e ideais defendidos pelos activistas.

Um excerto de um comunicado emanado por um grupo designado por *New Brunswick Anarchist Union* (União Anarquista de *New Brunswick*) de Nova Jersey, incluído na obra de Deusen e Massot (2010) e que apela à organização de um “Contingente Revolucionário Anti-Imperialista” (New Brunswick Anarchist Union, 2010, p. 269) contra a entrada das tropas americanas no Iraque em 2004, refere o seguinte: “nós estamos a apelar a todas as pessoas que concordam com esta chamada para se juntarem a nós nas ruas, uma acção directa em massa contra esta guerra injusta. Vamos apoiar uma diversidade de táticas e incentivar os grupos interessados, a planear actos criativos e perturbadores contra a máquina capitalista militar que nos ameaça a todos. Por favor tragam os vossos grupos de afinidade e juntem-se a nós na fonte de New Brunswick (...). Procurem pelas grandes bandeiras vermelhas e pretas. Precisamos de enviar ao Regime de Bush a mensagem directa de que não toleramos a guerra, e iremos fazer tudo ao nosso alcance (...) para travar esta guerra” (New Brunswick Anarchist Union, 2010, p.271).

Parece-nos claro que este tipo de comunicados foca essencialmente a mobilização de recursos para a acção directa (Della Porta, 2003; McCarthy & Zald, 1996; Tilly, 1978), contudo, a principal ilação que retiramos do exemplo acima referido é a de que “certas organizações têm um papel motor na organização e planificação do Black Bloc” (Baud, 2009, p.215). Movimentos sociais enquadrados na ideologia extremista de esquerda, organizações não hierarquizadas e grupos de afinidade sem uma estrutura organizativa própria definida mas com ramificações em vários países, (obedecendo aos pressupostos anárquicos) tais como o Movimento Anarquista *Green Mountain*, a Rede Anarquista *Great Plains* (Deusen & Massot, 2010), a Sociedade *Ruckus*, a Fracção *Black Army* e a *Reclaim The Streets* (Baud, 2009), trabalham e actuam em conjunto na prossecução de um determinado objectivo, a alcançar através da organização de um *Black Bloc* (<http://www.infoshop.org/page/Blackbloc-Faq> consultado em 2012-04-19).

Por último, no terreno, e posteriormente à reunião dos activistas num local previamente designado (como verificámos no comunicado acima transcrito), a tática *Black Bloc* preconiza o compromisso de pequenas células de cinco a vinte pessoas, membros de diversos grupos de afinidade, que geralmente conhecem e coordenam a sua presença e a sua estratégia operacional antes da acção (Baud, 2009). A operacionalização dessa estratégia é frequentemente projectada sobre o princípio do *Swarm* (Enxame), ou seja, “a partir de indivíduos ou de pequenos grupos disseminados numa multidão ou num dado sector, que criam rapidamente concentrações fugazes capazes de provocar pólos de violência com uma superioridade temporária face às forças da ordem” (Baud, 2009, p. 214) sendo que, na generalidade, “as operações do Black Bloc não têm outro objectivo material ou territorial senão o despoletar da violência” (Baud, 2009, p.214) perpetrada sobretudo sob a alçada de razões políticas (<http://www.infoshop.org/page/Blackbloc-Faq> consultado em 2012-04-19).

Os activistas que participam no *Black Bloc*, estão informados e cientes do equipamento e táticas utilizadas pela polícia na manutenção e reposição da ordem pública e de como as derrotar caso se afigure necessário (<http://mlcastle.net/raisethefist/tactics.html> consultado em 2012-04-19). “Qualquer pessoa com um pouco de conhecimento histórico consegue perceber que a maioria das táticas de controlo de multidões são (...) ancestrais” (<http://mlcastle.net/raisethefist/tactics.html> consultado em 2012-04-19), pelo que os manifestantes as analisam e procuram encontrar soluções efectivas para as neutralizar no terreno. Desde panos embebidos em vinagre para evitar os efeitos nos olhos provocados pelo gás lacrimogéneo lançado pelas forças policiais, a barricadas e escudos para conter o avanço das mesmas, todos os

artefactos servem aos elementos integrantes de um *Black Bloc* para fazer face à polícia (considerada pelos anarquistas como “a face violenta do capitalismo” [<http://www.infoshop.org/page/Blackbloc-Faq> consultado em 2012-04-19]), e consequentemente, “desmascarar a natureza brutal do Estado” (Deusen & Massot, 2010, p.12).

Conclusões

Metaforicamente, o início da nossa investigação é susceptível de ser comparado com os descobrimentos portugueses que remontam à longínqua data de 1415, já que, tal como os velejadores sob alçada de Infante D. Henrique, também nós partimos em busca do desconhecido, navegando por mares nunca antes navegados. Porém, a recolha e revisão bibliográfica realizada, à semelhança da cartografia utilizada para orientar os marinheiros, permitiu-nos encontrar algumas das respostas às questões traçadas no subcapítulo dedicado à configuração da problemática de estudo.

Este trabalho e os seus resultados derivam de um estudo exploratório acerca da temática *Black Bloc* à luz das diversas correntes teórico-conceituais decorrentes da fenomenologia inerente aos movimentos sociais, nomeadamente das designadas “teorias contemporâneas” (Bessa, 2002, p.273), onde se inserem: a Teoria da Mobilização de Recursos (McCarthy & Zald, 1977; Tilly, 1978; Della Porta, 2003); a Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas (Tarrow, 1998; Della Porta, 2003; Kriesi in. Diani & Eyerman, 2005); e, o Processo de Enquadramento Cultural (Melucci, 1996; Della Porta & Diani, 1999; Goodwin & Jasper, 2009). Porém, não devemos olvidar as teorias clássicas ou do comportamento colectivo (Chazel, 1995), sobre as quais discorreremos, e o seu contributo nevrálgico no que à evolução do conhecimento teórico que envolve o nosso tema diz respeito.

Primeiramente, não poderemos deixar de afiançar, que os resultados obtidos em consequência da presente investigação deverão ser tomados com a devida ponderação, já que, toda a informação relacionada com a tática de protesto *Black Bloc* foi colectada a partir de fontes abertas. Assim sendo, a possibilidade da existência de dados omissos relevantes, concernentes à referida tática e ao que a rodeia, não deve ser excluída. Contudo, e pese embora reconheçamos esta limitação, ousamos afirmar que as conclusões que adiante apresentamos, poderão vir a ser consideradas em futuras leituras e pesquisas relativas ao fenómeno *Black Bloc*.

O *Black Bloc* consiste fundamentalmente num bloco de protesto constituído por indivíduos provenientes de vários movimentos sociais e grupos de afinidade. Uniformemente vestidos de negro e de cara tapada, a sua acção pauta pela violência dos actos empreendidos contra os seus principais adversários: a polícia; o Estado; e, a classe capitalista. Deste modo, e fazendo recurso a todo o tipo de objectos e engenhos (e.g. bastões, escudos, cocktails molotov, bombas de fumo) que possam causar danos a fachadas de sedes empresariais e/ou estatais, o *Black Bloc* tem tanto

sucesso quanto mais danos inflingir na esfera territorial onde se realiza a acção de protesto.

Recorrendo ao conceito de movimento social por nós formulado anteriormente, podemos de facto constatar que o *Black Bloc* não se enquadra nos seus pressupostos. A táctica *Black Bloc* representa antes, uma das várias formas de protesto que as designadas redes de interacção formais ou informais de grupos e indivíduos que compõe um movimento poderão adoptar, aquando da proclamação dos seus objectivos e anseios junto do poder político e/ou da sociedade. Contudo, e segundo os resultados obtidos durante a análise de conteúdo (vd. Anexo 1), os movimentos sociais e grupos de afinidade que frequentemente utilizam esta táctica estão culturalmente enquadrados entre os ideais do anarquismo e da extrema-esquerda.

A partir da Teoria da Mobilização de Recursos (McCarthy & Zald, 1977; Tilly, 1978; Della Porta, 2003), foi-nos possível constatar que o termo *Black Bloc* não é representante de um movimento social mas sim de uma táctica de protesto (Deusen & Massot, 2010) organizada por activistas e anarquistas pertencentes a movimentos sociais e/ou grupos de afinidade para alcançar um objectivo específico (Baud, 2009). Este quesito central da investigação, veio desta forma desmascarar mais uma das suas limitações, visto que grande parte do trabalho versa acerca do estudo e análise dos movimentos sociais. Embora se cruzem e possam partilhar alguns aspectos e características em comum, tais como o recrutamento de participantes, a táctica *Black Bloc* demarca-se efectivamente do conceito de movimento social quer na sua forma, quer, por outro lado, no seu conteúdo. Desde a inexistência de uma estrutura organizativa sólida (formal ou informal), à rejeição da hierarquia (Baud, 2009) defendida pelos seus participantes, o *Bloc* distancia-se dos princípios postulados pelos autores da Teoria da Mobilização de Recursos (McCarthy & Zald, 1977; Tilly, 1978; Della Porta, 2003).

A ausência de qualquer tipo de informação referente ao financiamento deste género de táctica (e.g. Anexo 1, B.2.1.), leva-nos a crer que os activistas que participam no *Black Bloc* não estão interessados em divulgar a sua proveniência. Por outro lado, podemos também depreender que o processo de mobilização de recursos inerente à organização do protesto é desencadeado por intermédio de uma selecção criteriosa dos elementos que irão constituir determinado *Black Bloc*. Contudo, nada nos leva a excluir a hipótese de serem os próprios grupos de afinidade e movimentos sociais de onde os activistas são recrutados a financiarem este tipo de actividade.

Julgamos que as acções de determinado *Black Bloc* são idealizadas mediante relações intergrupais (McCarthy & Zald, 1977; Della Porta, 2003) de grupos de afinidade e movimentos sociais maioritariamente anarquistas que possuem os

recursos humanos necessários para proporcionarem a acção colectiva (Deusen & Massot, 2010) mediante o protesto violento que este tipo de tática geralmente acarreta. Acreditamos no entanto, que os indivíduos que participam nas diversas táticas *Black Bloc* existentes nos mais variados cenários de protesto não aderem às mesmas por questões financeiras, procurando retirar benefícios económicos ou materiais (Olson, 1965), pelo contrário, pensamos que a participação das pessoas em táticas *Black Bloc* se prende mormente com questões ideológicas, de identificação com os ideais, valores e princípios defendidos. Assim, a adesão e participação de determinadas pessoas nesta tática poderá significar, ao invés de benefícios, perdas e sacrifícios pessoais em diversos campos tais como tempo da sua vida privada ou dinheiro.

Porém, apraz-nos objectar, que o impulso motivacional que conduz os indivíduos à acção colectiva projectada através da tática *Black Bloc*, poderá decorrer da sua possível pretensão em obter reconhecimento junto dos grupos de referência onde pretendem vir a ser inseridos. À semelhança do que ocorre no seio dos gangues, a participação num protesto baseado na acção directa violenta contra as autoridades, poderá simbolizar um acto louvável, granjeando ao indivíduo o respeito e a valorização do seu ego perante determinados grupos.

A análise do *Black Bloc* através da Teoria da Estrutura das Oportunidades Políticas (Tarrow, 1998; Della Porta, 2003; Kriesi in. Diani & Eyerman, 2005) revelou-nos que os manifestantes que aderem à designada tática concebem, as forças policiais como o seu principal inimigo, o regime e sistema político do Estado como o seu maior constrangimento, o povo e a comunidade anarquista como os seus eternos aliados (Thompson, 2010). No que às oportunidades diz respeito, constatámos que a tática *Black Bloc*, para além de aproveitar as manifestações organizadas por movimentos sociais e as fases de menor rigidez do Estado, bem como a permissividade da polícia em termos de controlo e repressão social para levar a cabo a sua acção operacional (Baud, 2009), procura ao mesmo tempo criar situações propícias ao despoletar da violência, provocando as forças de segurança, causando danos em sedes empresariais, instituições representativas do Estado e do capitalismo. A criação destas oportunidades tem como objectivo principal o confronto e a destruição mediante a acção directa, através da criação de uma identidade conseguida por meio da uniformização dos elementos. O desígnio expectável dos activistas consiste na consequente escalada da violência por parte das forças policiais para repôr e manter a ordem pública, que deverá funcionar como geradora de um sentimento de revolta e de frustração comum a todos os participantes da manifestação, almejando a sua aliança ao *Black Bloc* na persecução dos seus intentos

assentes na “abolição do capitalismo, do Estado e de todas as formas de hierarquia e opressão” (Deusen & Massot, p.55).

Baseando-se no protesto de rua consumado mediante a acção directa contra as forças de segurança e instituições representativas do capitalismo e do Estado, a tática *Black Bloc* consiste na formação de um bloco de indivíduos trajados de negro, mascarados de forma a identificarem-se mutuamente e, ao mesmo tempo, se diferenciarem perante outros actores externos. Para além de um sentimento de identidade criado, as máscaras e roupas semelhantes aos participantes no *Black Bloc* garantem também o seu anonimato, permitindo consumir actos violentos e destruidores sem que sejam identificados quer pela polícia, quer pela população em geral.

Todavia, este anonimato difere do anonimato postulado por Le Bon (1896), na medida em que a irracionalidade da multidão não está em questão, os participantes do *Black Bloc* pensam e premeditam racionalmente as suas acções e necessitam de as levar a cabo de uma forma anónima.

Consoante o modelo teórico do Processo de Enquadramento Cultural (Melucci, 1996; Della Porta & Diani, 1999; Goodwin & Jasper, 2009), afigurou-se possível deduzir que a tática *Black Bloc* e os indivíduos ligados aos diferentes movimentos sociais e grupos de afinidade que a compõem, preconizam a construção de uma identidade colectiva que lhes permita a afirmação dos seus ideais enquanto um bloco único, cimentado em torno de um sentimento de solidariedade e pertença para com a causa defendida (Deusen & Massot, 2010). Nesta senda, não poderemos deixar de corroborar Simon (2008, p.935) referindo que “o poder de identificação colectiva de mobilizar pessoas para a acção colectiva, (...) deriva, pelo menos em parte, de processos de afirmação de identidade”. Julgamos pois, que o enquadramento cultural (cuja ideologia anarquista, os símbolos, as bandeiras e as roupas pretas frequentemente enveredadas [<http://mlcastle.net/raisethefist/bloc.html> consultado em 2012-04-19]) representa uma pedra basilar no seio da concepção da tática *Black Bloc*, contribuindo de forma inequívoca para a mobilização de recursos (Baud, 2009).

Relativamente à relação das forças policiais com os activistas constituintes de determinado *Black Bloc* e *vice-versa*, chegámos à conclusão que a mesma está envolta, na generalidade das suas actuações, em elevada animosidade. Com ideais sociais e políticos marcadamente anarquistas ou de extrema-esquerda (como apresentámos no sub-capítulo dedicado à discussão dos resultados) os participantes no *Black Bloc* concebem as autoridades como a “face violenta do capitalismo, ou, por outras palavras, os cães de guarda dos ricos” (<http://www.infoshop.org/page/Blackbloc>

-Faq consultado em 2012-04-19), tendo consciência das táticas de manutenção e reposição da ordem pública e de como as neutralizar.

A polícia, como instituição que promove e garante a ordem, a segurança e tranquilidade pública, a integridade das pessoas e a sua propriedade, deverá primeiramente, actuar sob o princípio da vigilância e da prevenção criminal (Valente, 2009), recorrendo para tal, à ferramenta das informações e da investigação criminal. Concomitantemente, a coesão das diferentes forças e serviços de segurança na actividade de prevenção deste tipo ilícito de protestos parece-nos fulcral. Por sua vez, a formação e especialização de determinados elementos das forças da ordem em conteúdos informáticos (redes sociais, salas de *chat*, *blogs*, correio electrónico) poderá constituir, porventura, uma medida de segurança positiva já que, como verificámos, a maior parte dos comunicados e conversações acerca da organização de um *Black Bloc* é realizada a partir da *internet* (Baud, 2009). Impõe-se portanto, às forças policiais que “actuem de modo a recolher a informação objectiva e subjectiva capaz de fundamentar a actuação de modo a evitar que o perigo se verifique e, caso este se esteja a desenvolver, evitar que o dano (social) ocorra e, caso este se materialize, evitar que os efeitos negativos do dano se desenvolvam e reintegrar o interesse ou o bem jurídico lesado ou colocado em perigo de lesão” (Valente, 2009, p.43).

À laia de cômputo geral resta-nos referir que a realização de futuras investigações envolvendo a temática decorrente da tática *Black Bloc* deverão privilegiar a adopção de métodos de pesquisa e análise de resultados que sejam fundamentados por meio de estudos de campo. Derivada da nossa condição académica e estudantil relacionada com as ciências policiais, julgamos que qualquer tipo de tentativa de contactos ou entrevistas com activistas pertencentes aos grupos de afinidade e/ou movimentos sociais que frequentemente participam nas táticas de protesto *Black Bloc* iriam sair goradas.

Culminada a nossa investigação, remanescem ainda algumas interrogações relativas à organização do *Black Bloc* para as quais o nosso estudo se demonstrou inconclusivo. Uma delas, levemente abordada acima, prende-se com o facto do financiamento. Afinal, quem financia este tipo de tática? Os movimentos sociais e grupos de afinidade? Os próprios indivíduos? Como se explica o facto de activistas de determinado país, conseguirem estar presentes em *Black Bloc's* realizados internacionalmente?

Por outro lado, encontramos a questão da informação disponível na *internet*, que constituiu em parte o *corpus* do presente trabalho. A informação constante nos sítios da *internet* foi colocada por quem? Por membros pertencentes aos movimentos sociais e grupos de afinidade que participam nas táticas *Black Bloc*? Por pessoas

isoladas admiradoras da ideologia transmitida pelo *Black Bloc* e da sua forma de actuação?

Relativamente à organização logística e operacional da tática. Como é possível desencadear este tipo de acção concertada sem qualquer tipo de treino? Existe algum campo de treino onde os activistas se preparam para a acção colectiva traduzida no *Black Bloc*?

Apesar de julgarmos que o financiamento da tática é realizado pelos diversos movimentos sociais e grupos de afinidade intrínsecos ao *Black Bloc*, que a informação da *internet* seja colocada por elementos pertencentes a esses movimentos e grupos anarquistas e de extrema-esquerda e, que existem efectivamente treinos práticos da tática no terreno, não podemos formular ilacções definitivas.

Neste sentido, somos da opinião que futuras investigações devem ser encetadas com o objectivo de esclarecer fundamentalmente as questões supracitadas. Como já referimos, a adopção de um procedimento que envolva estudos de campo (descidas ao terreno *in loco*) e entrevistas poderá, porventura, revelar resultados que se apresentaram omissos (e.g. Anexo 1, B.2.1.) na nossa análise de conteúdo temática.

Conquanto não tenha sido registada a adopção deste tipo de tática em território nacional, exortamos para a relevância do estudo e acompanhamento do fenómeno *Black Bloc* e a evolução de movimentos sociais, organizações, colectivos e grupos de afinidade anarquistas. A conjuntura económico-financeira deficitária que o país enfrenta e a forte contestação social que dela deriva representa uma oportunidade para a proliferação de *Black Blocs* a partir de manifestações levadas a cabo pelas variadas organizações reivindicativas formais ou informais, realidade que não poderá ser de todo rejeitada ou omitida pelas forças de segurança.

Referências

Livros

A.nonimous (2010). Black Bloc call to action: New york city m22. In D. V. Deusen, & X. Massot, *The Black Bloc papers* (pp.271-276). Shawnee Mission: Breaking Glass Press.

Antibody, Spazz, Sketch, & Entropy (2010). Letter from four persons who were in the d2k Black Bloc. In D. V. Deusen, & X. Massot, *The Black Bloc papers* (pp.81-82). Shawnee Mission: Breaking Glass Press.

Autonomous Organizing Collective (2010). Revolutionary anti-capitalist offensive. In D. V. Deusen, & X. Massot, *The Black Bloc papers* (pp.133-135). Shawnee Mission: Breaking Glass Press.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Baud, J. (2009). *Encyclopédie des terrorismes et violences organisées*. Panazol: Lavauzelle.

Bessa, A. M. (2002). *Elites e movimentos sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.

Blumer, H. (1946). Collective behavior. In A. M. Lee (Dir.), *New outline of the principles of sociology* (pp.167-222). New York: Barnes and Noble.

Blumer, H. (1995). Social movements. In S. M. Lyman (Ed.), *Social movements: Critiques, concepts, case studies* (pp.60-83). London: Macmillan Press.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.

Caetano, M. (1990). *Manual de direito administrativo* (Vol. 2, 10ª ed.). Coimbra: Edições Almedina.

Carter, D. L., & Radelet, L. A. (1999). *The police and the community* (6ª ed.). Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

Chazel, F. (1995). Movimentos sociais. In R. Boudon (Dir.), *Tratado de sociologia* (pp.259-306). Porto: Edições ASA.

Clemente, P. J. L. (1998). *Da polícia de ordem pública*. Massamá: Gazela - Artes Gráficas.

Clemente, P. J. L. (2000). *A polícia em Portugal: Da dimensão política contemporânea da seguridade pública*, Vol. I. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Coser, L. (1970). *Continuities in the study of social conflict*. New York: Free Press.

Crawshaw, R., Devlin B., & Williamson, T. (1998). *Human rights and policing: Standards for good behaviour and a strategy for change*. Cambridge: Kluwer Law International.

D'Oliveira, T. (2005). *Teses e dissertações: Recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos* (2ª ed). Lisboa: RH.

Della Porta, D. (1996). Social movements and the state: Thoughts on the policing of protest. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.62-92). Cambridge: Cambridge University Press.

Della Porta, D. (2003). *Introdução à ciência política*. Lisboa: Estampa.

Della Porta, D., & Diani, M. (1999). *Social movements: An introduction*. Oxford: Blackwell Publishing.

Denzin, N., & Lincoln, Y. (1994). Introduction: Entering the field of qualitative research. In N. Denzin, & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp.1-17). Thousand Oaks: Sage.

Deusen, D. V., & Massot, X. (2010). *The Black Bloc papers*. Shawnee Mission: Breaking Glass Press.

Diani, M., & Eyerman, R. (1992). *Studying collective action*. London: Sage.

Dias, J. F. (2004). *Direito processual penal*. Coimbra: Coimbra Editora.

Eisinger, P. (1972). *The conditions of protest behavior in american cities*. Chicago: University of Winsconsin.

Fernandez, L. A. (2008). *Policing dissent: Social control and the anti-globalization movement*. Pistacaway: Rutgers University Press.

Gamson, W. A., & Meyer, D. S. (1996). Framing political opportunity. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.275-290). Cambridge: Cambridge University Press.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

Giugni, M., McAdam, D., & Tilly, C. (1999). *How social movements matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

G-MAC. (2010). A communiqué on tactics and organization to the Black Bloc from within the Black Bloc. In D. V. Deusen, & X. Massot, *The Black Bloc papers* (pp.343-362). Shawnee Mission: Breaking Glass Press.

Gomes, P. V. (2007). A prevenção criminal através do ordenamento do espaço urbano: Subsídios para uma agenda nacional. In M. M. G. Valente (Coord.), *Urbanismo, segurança e lei – Tomo I* (pp.61-80). Coimbra: Edições Almedina.

Goodwin, J., & Jasper, J. M. (2009). *The social movements reader: Cases and concepts*. Oxford: Blackwell Publishing.

Gurr, T. (1970). *Why men rebel*. Princeton: Princeton University Press.

Hastings (2010). Anarchy in Miami. In D. V. Deusen, & X. Massot, *The Black Bloc papers* (pp.277-297). Shawnee Mission: Breaking Glass Press.

Jenkins, J. C., & Klandermans, B. (2005). *The politics of social protest: Comparative perspectives on states and social movements*. London: UCL Press.

Katsiaficas, G. (1997). *The subversion of politics: European autonomous social movements and the decolonization of everyday life*. New Jersey: Humanities Press International.

Killian, L. M. (1964). Social movements. In R. E. L. Faris (Dir.), *Handbook of modern sociology* (pp.426-455). Chicago: Rand and McNally.

Klandermans, B., & Goslinga S. (1996). Media discourse, movement publicity, and the generation of collective action frames: Theoretical and empirical exercises in meaning construction. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.312-337). Cambridge: Cambridge University Press.

Kornhauser, W. (1959). *The politics of mass society*. Glencoe: The Free Press.

Kriesberg, L. (1973). *The sociology of social conflict*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

Kriesi, H. (1992). Support mobilization for new social movements: Concepts, operationalizations and Illustrations from the Netherlands. In M. Diani, & R. Eyerman (Eds.), *Studying collective action* (pp.22-54). London: Sage.

Kriesi, H. (1996). The organizational structure of new social movements in a political context. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.152-184). Cambridge: Cambridge University Press.

Kriesi, H. (2005). The political opportunity structure of new social movements: Its impact on their mobilization. In J. C. Jenkins, & B. Klandermans, *The politics of social protest: Comparative perspectives on states and social movements* (pp.167-198). London: UCL Press.

Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Newbury Park: Sage.

Laraña, E., Johnston, H., & Gusfield, J. R. (1994). *New social movements: From ideology to identity*. Philadelphia: Temple University Press.

Le Bon, G. (1896). *The crowd: A study of the popular mind*. Kitchener: Batoche Books.

Lyman, S. M. (1995). *Social movements: Critiques, concepts, case studies*. London: Macmillan Press.

Silva, G. M. (2001). *Ética e sociedade democrática*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Silva, G. M. (2005). Sociedade e polícia: Questão cultural, desafio ético. In G. M. Silva, & M. M. G. Valente (Coords.), *Volume comemorativo dos 20 anos do ISCPSI* (pp.89-100). Lisboa: Almedina.

McAdam, D. (1996). Conceptual origins, current problems, future directions. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.23-40). Cambridge: Cambridge University Press.

McCarthy, J. D. (1996). Constraints and opportunities in adopting, adapting, and inventing. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.141-151). Cambridge: Cambridge University Press.

McCarthy, J. D., Smith, J., & Zald, M. N. (1996). Accessing public, media, electoral, and governmental agendas. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.291-311). Cambridge: Cambridge University Press.

Melluci, A. (1996). *Challenging codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.

Miller, N. E., & Dollard, J. (1941). *Social learning and imitation*. New Haven: Yale University Press.

Miranda, J. (1998). *Manual de direito constitucional* (2ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

New Brunswick Anarchist Union (2010). When the war starts, no business as usual. In D. V. Deusen, & X. Massot, *The Black Bloc papers* (pp.269-271). Shawnee Mission: Breaking Glass Press.

Oliveira, J. F. (2002). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento* (Vol. 1). Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Olson, M. (1965). *The logic of collective action: Public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press.

Park, R., & Burgess, E. (1969). *Introduction to the science of sociology*. Chicago: University of Chicago Press.

Reiner, R. (1996). *Policing* (Vol.1). Hanover: Dartmouth Publishing Company.

Reiner, R. (2010). *The politics of the police* (4ª ed.). Oxford: Oxford University Press.

Rey, G. (2000). *Pesquisa qualitativa em psicologia*. São Paulo: Thomson Editores.

Robinson, C. D., & Scaglione, R. (1996). The origin and evolution of the police function in society: Notes toward a theory. In R. Reiner, *Policing* (Vol.1, pp. 3-47). Hanover: Dartmouth Publishing Company.

Rucht, D. (1996). The impact of national contexts on social movement structures: A cross-movement and cross-national comparison. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.185-204). Cambridge: Cambridge University Press.

Scott, J., & Gordon, M. (2005) *Dictionary of sociology* (3ª ed.). New York: Oxford University Press.

Severino (2010). Reforming the Black Bloc: Tactics and ideology. In D. V. Deusen, & X. Massot, *The Black Bloc papers* (pp.362-366). Shawnee Mission: Breaking Glass Press.

Smelser, N. (1962). *Theory of collective behavior*. New York: The Free Press.

Tajfel, H. (1982). *Social identity and intergroup relations*. New York: Cambridge University Press.

Tarrow, S. (1996). States and opportunities: The political structuring of social movements. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.41-61). Cambridge: Cambridge University Press.

Tarrow, S. (1998). *Power in movement*. (2ª ed.). New York: Cambridge University Press.

Tarrow, S. (2005). *The new transnational activism*. New York: Cambridge University Press.

Thompson, A. K. (2010). *Black Bloc, white riot: Anti-globalization and the genealogy of dissent*. Oakland: AK Press.

Thoreau, H. D. (1993). *Civil disobedience and other essays*. New York: Dover Thrift Editions.

Tilly, C. (1978). *From mobilization to revolution*. New York: Random House.

Tilly, C. (1984). Social movements and national politics. In C. Bright, & S. Harding (Eds.), *Statemaking and social movements* (pp.297-317). Ann Arbor: University of Michigan Press.

Tilly, C. (1999). From interactions to outcomes in social movements. In M. Giugni, D. McAdam, & C. Tilly, *How social movements matter* (pp.253-271). Minneapolis: University of Minnesota Press.

Tilly, C., & Wood, L. J. (2009). *Social movements: 1768-2008* (2ªed.). London: Paradigm Publishers.

Turner, R., & Killian, L. (1957). *Collective behavior*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

Vala, J. (1999). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais* (pp.101-127). Porto: Edições Afrontamento.

Valente, M. M. G. (Coord.) (2007). *Urbanismo, segurança e lei – Tomo I*. Coimbra: Edições Almedina.

Valente, M. M. G. (2009). *Teoria geral do direito policial* (2ª ed.). Coimbra: Edições Almedina.

von Stein, L. (1964). *The history of social movement in France*. Totowa: Bedminster Press.

Waddington, D. P. (2007). *Policing public disorder: Theory and practice*. Cullompton: Willan Publishing.

Waddington, P. A. J. (1993). *Calling the police*. Avebury: Ashgate.

Waddington, P. A. J. (1999). *Policing citizens*. London: UCL Press.

Weber, R. P. (1990). *Basic content analysis* (2ª ed.). Beverly Hills: Sage.

Zald, M. N. (1996). Culture, ideology, and strategic framing. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.261-274). Cambridge: Cambridge University Press.

Teses, Dissertações ou Trabalhos de Projecto

Leal, T. (2011). *O contributo das incivilidades para o sentimento de insegurança: O fenómeno da toxicodependência*. Dissertação de Mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento, não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Artigos Científicos

- Bernstein, M. (2005). Identity politics. *Annual Reviews Sociology*, 31, 47-74.
- Edmonds-Cady, C. (2009, June). Getting to the grassroots: Feminist standpoints within the welfare rights movement. *Journal of Sociology & Social Welfare*, 36 (2), 11-33.
- Ferreira, B. W. (2000). *Análise de conteúdo. Aletheia: Revista do curso de psicologia*, 11, 13-20.
- Lakens, D., & Stel, M. (2011). If they move in sync, they must feel in sync: Movement synchrony leads to attributions of rapport and entitativity. *Social Cognition*, 29 (1), 1-14.
- Louis, W. R. (2009). Collective action: And then what? *Journal of Social Issues*, 65 (4), 727-748.
- Marri, A. R., & Walker, E. N. (2008). "Our leaders are us": Youth activism in social movements project. *Urban Review*, 40, 5-20.
- Mars, M. M. (2009, September). Student entrepreneurs as agents of organizational change and social transformation: A grassroots leadership perspective. *Journal of Change Management*, 9 (3), 339-357.
- McCarthy, J. D., & Zald, M. N. (1977). Resource mobilization and social movements: A partial theory. *The American Journal of Sociology*, 82 (6), 1212-1214.
- Meyer, D. S., & Minkoff, D. C. (2004, June). Conceptualizing political opportunity. *Social Forces*, 82 (4), 1457-1492.
- Polleta, F., & Jasper, J. M. (2001). Collective identity and social movements. *Annual Review of Sociology*, 27, 283-305.
- Snow, D. A., Rochford Jr, E. B., Worden, S. K., & Benford, R. D. (1986, August). Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, 51 (4), 464-481.

Sturmer, S., & Simon, B. (2009). Pathways to collective protest: Calculation, identification, or emotion? A critical analysis of the role of group-based anger in social movement participation. *The Society for the Psychological Study of Social Issues*, 65 (4), 681-705.

van Stekenlenburg, J., Klandermans, B., & van Dijk, W. W. (2009). Context matters: Explaining how and why mobilizing context influences motivational dynamics. *Journal of Social Issues*, 65 (4), 815-838.

Zackariasson, M. (2009). Angry young men? Masculinities and emotion among young male activists in the global justice movement. *The Journal of Men's Studies*, 17 (1), 31-46.

Sítios da Internet

Absolutely everything you need to know about the black bloc in:

- <http://mlcastle.net/raisethefist/bloc.html> (Consultado em Abril de 2012).

De-bloc'ing (changing your appearance before leaving the scene) in:

- <http://mlcastle.net/raisethefist/debloc.html> (Consultado em Abril de 2012).

Defensive weapons in:

- <http://mlcastle.net/raisethefist/weapons.html> (Consultado em Abril de 2012).

Ilstott (2007). Black blocs for dummies in:

- <http://www.infoshop.org/page/Blackbloc-Faq> (Consultado em Abril de 2012).

Mohandesi, S. (2012). On the black bloc in:

- <http://libcom.org/library/black-bloc-salar-mohandesi> (Consultado em Abril de 2012).

Police tactics and how to defeat them in:

- <http://mlcastle.net/raisethefist/tactics.html> (Consultado em Abril de 2012).

Rcam (2001). Autonomia and the origin of the black bloc in:

- <http://www.ainfos.ca/01/jun/ainfos00170.html> (Consultado em Abril de 2012).

Rothstein, A. (2012). Black bloc: A brief history in:

- <http://www.portlandoccupier.org/2012/02/16/black-bloc-a-brief-history/>
(Consultado em Abril de 2012).

Security culture (the most important info on this site-read it all!) in:

- <http://mlcastle.net/raisethefist/security.html> (Consultado em Abril de 2012).

Shield construction in:

- <http://mlcastle.net/raisethefist/shield.html> (Consultado em Abril de 2012).

Unarresting comrades at a demonstration in:

- <http://mlcastle.net/raisethefist/unarrest.html> (Consultado em Abril de 2012).

With the black bloc in Genoa in:

- <http://struggle.ws/freearth/genoa.html> (Consultado em Abril de 2012).

Outros Documentos

- CrimethInc Ex-Workers Collective (2008). *How to organize an insurrection*.
- Sarin (s.d.). *Bodyhammer: Tactics and self-defense for the modern protester*.

ANEXOS

Anexo 1 - Exemplos da Grelha de Análise de Contéudo

Temática

Pré-categoria A. - Oportunidades Políticas – codifica-se a informação respeitante à importância dos fatores políticos exógenos para o movimento social e a interação destes com esse meio.

Categoria A.1. - Oportunidades – Nesta categoria codifica-se a informação que diz respeito à interpretação, perceção e criação de possibilidades de êxito do movimento social

(exemplo – “Este mecanismo actua a partir das manifestações pacifistas que devem dar legitimidade aos manifestantes. O Black Bloc intervém numa segunda fase para revelar a incapacidade e a violência opressiva das autoridades” (Baud, 2009, p.213).

Categoria A.2. - Constrangimentos – Codifica-se nesta categoria a informação relativa aos obstáculos que o movimento social enfrenta.

(exemplo – “Durante as nossas manifestações de rua, a polícia aparece inevitavelmente e começa a causar problemas. As pessoas podem estar a exercer o direito de manifestação mas a polícia surge e começa a causar problemas” (<http://infoshop.org/page/Blackbloc-Faq> consultado em 2012-04-19).

Categoria A.3. - Sistema político – Insere-se a informação respeitante à envolvimento do movimentos no meio político.

Subcategoria A.3.1. – Aliados – Introduz-se nesta subcategoria informação relativa às alianças entre movimentos sociais e outros atores da vida política.

(exemplo – “Por definição, os actores do Black Bloc estão dispersos e a sua força reside na atomização. Certas organizações contudo, têm um papel motor na organização e planificação do Black Bloc” (Baud, 2009, p.215).

Subcategoria A.3.2. – Adversários – Codifica-se nesta subcategoria a informação que diz respeito aos opositores do movimento.

(exemplo – “Numa direcção encontramos os nossos inimigos: o Estado, a polícia e a classe capitalista” (Thompson, 2010, p.79)

Subcategoria A.3.3. – Público em geral – Insere-se a informação que diz respeito à interpretação que a sociedade faz da mensagem do movimento.

(exemplo – “Quando as pessoas acusam os activistas do Black Bloc de serem «jovens hooligans» estão a entrar no processo de marginalização de indivíduos apenas porque eles optam por participar numa tática que por vezes envolve violência e destruição de propriedade” (<http://infoshop.org/page/Blackbloc-Faq> consultado em 2012-04-19).

Subcategoria A.3.4. – Modalidades de ação – Codifica-se a informação respeitante ao modo como o movimento desenvolve a sua ação (junto do meio político).

(exemplo – “A estratégia de fundo do Black Bloc é mostrar a incapacidade do poder e das autoridades, gerando uma situação de crise e empurrando as forças da ordem num processo de escalada da violência” (Baud, 2009, p.213).

Pré-categoria B. - Mobilização de Recursos – nesta pré-categoria insere-se a informação que demonstra a importância de uma estrutura que utilize eficazmente os meios disponíveis.

Categoria B.1. - Participação – Codifica-se nesta categoria a informação que concerne ao tipo de participantes e ao seu recrutamento.

Subcategoria B.1.1. – Participantes – Nesta subcategoria apresenta-se a informação que caracteriza os membros do grupo e simpatizantes.

(exemplo – “Um Black Bloc é uma colecção de anarquistas e de grupos de afinidade anarquistas que se organizam em conjunto para uma acção de protesto particular” (<http://infoshop.org/page/Blackbloc-Faq> consultado em 2012-04-19).

Subcategoria B.1.2. – Recrutamento – Codifica-se a informação relativa aos métodos utilizados pelo grupo para alargar a sua base de apoio (militantes e simpatizantes).

(exemplo – “Este é um apelo à acção por parte da *East Coast Anti-Racist Action* (ECARA) para que todos se desloquem à cidade de Lewiston (...) para boicotar a apresentação da *World Church of Creator's* (WCOTC) levada a cabo por Matt Hale, supremacista branco líder do grupo” (Deusen & Massot, 2010, p.225).

Categoria B.2. - Organização – Esta categoria engloba a informação respeitante a toda estrutura do movimento social e o seu funcionamento.

Subcategoria B.2.1. – Financiamento – Insere-se a informação sobre os processos de financiamento do grupo (donativos, alienação, prestação de serviços, atividades criminosas, atividades recreativas / culturais, etc.).

(Relativamente a esta categoria não encontrámos informação digna de registo.)

Subcategoria B.2.2. – Divisão de tarefas (quem manda vs. quem trabalha) – Nesta subcategoria encontra-se a informação sobre a estrutura hierárquica do movimento.

(exemplo – “Um outro aspecto é que a literatura associada ao Black Bloc faz aparecer a hierarquia como uma forma de violência contra o indivíduo. Assim, o Black Bloc funciona sem sistema hierárquico” (Baud, 2009, p.213).

Subcategoria B.2.3. – Modo – Encontra-se nesta subcategoria a informação sobre a maneira como o movimento se encontra organizado (tipo de estrutura, ramificações).

(exemplo – “O que as pessoas não entendem é que o Black Bloc não é uma organização ou um grupo. É uma tática” (<http://mlcastle.net/raisethefist/bloc.html> consultado em 2012-04-19).

Subcategoria B.2.4. – Repertório – Codifica-se a informação que define a forma de ação do movimento social.

(exemplo – “Essencialmente cada participante de um Black Bloc veste um género de um uniforme. A ideia de vestir esse uniforme é que cada uma das pessoas do Bloc tenha uma aparência semelhante, para que se torne difícil à polícia determinar qual dos indivíduos fez o quê” (<http://mlcastle.net/raisethefist/bloc.html> consultado em 2012-04-19).

Categoria B.3. - Sucesso político – Nesta categoria encontra-se a informação que demonstra a importância dos resultados e a sua concretização para o crescimento do movimento social.

(exemplo – “É aquando da manifestação contra a cimeira da organização mundial do comércio em Seattle, que a estratégia Black Bloc chegou à maturidade.

Desenvolveu-se então e acompanhou todos os grandes encontros da economia mundial” (Baud, 2009, p.212).

Pré-categoria C. - Processo de Enquadramento Cultural – nesta pré-categoria insere-se a informação sobre a preponderância do contexto para o movimento social.

Categoria C.1. - Natureza cultural – Codifica-se a informação que diz respeito ao contexto e à sua importância para a definição das características do movimento social (ambiente, significados, preocupações que motivam os ativistas, arena onde se desenvolve a ação coletiva).

(exemplo – “Situada nos confins da «incivilidade» (ou falta de civismo), da guerrilha urbana e do terrorismo, a estratégia do black bloc tem as suas origens nas manifestações de grupos autónomos dos anos 80 na Alemanha” (Baud, 2009, p.212).

Categoria C.2. - Componente ideológica – Nesta categoria insere-se a informação relativa ao posicionamento ideológico do grupo (conjunto de normas, valores, crenças, que regem a vida em sociedade, conjunto de ideias através das quais um grupo social percebe o mundo).

(exemplo – “Eu grito, tu gritas, todos gritamos por anarquia!” (Deusen & Massot, 2010, p.90)

Categoria C.3. - Dimensão emocional – Nesta categoria introduz-se a informação que abarca a preponderância da emotividade para a participação do movimento social.

Subcategoria C.3.1. – Sentimento de injustiça – Insere-se informação sobre a importância que as pessoas atribuem às iniquidades a que são sujeitas, para participarem no movimento social.

(exemplo – “Nós não estamos a viver em democracia (...) nós estamos a viver num Estado policial” (Deusen & Massot, p.44).

Subcategoria C.3.2. – Importância da ação – Esta subcategoria compreende a informação relativa à percepção de que a ação pode solucionar o problema.

(exemplo – “Nós não vamos, nem devemos comprometer o nosso ódio ou amor, vamos comprometer o nosso objectivo de revolução social completa, anarquia e o sonho de toda a humanidade liberta das correntes, tanto visíveis como invisíveis (G-Mac, 2010, p.346).